



Concessões de terras: uma causa subjacente do desmatamento

Boletim do WRM 260

Março 2022

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO

A corrida pelas Concessões de Carbono: mais roubo de terras e desmatamento.....	2
Colonização e plantações de monoculturas: Histórias de “concentração de terras” em larga escala.....	5
Colonialismo florestal na Tailândia.....	11
Concessões Florestais, Conceito Colonial.....	15
Um século de agrocolonialismo na República Democrática do Congo.....	18
PETAR sem concessão: lutar contra a privatização é uma luta das mulheres.....	23
O modelo de concessão no Sudeste Asiático: fechando o círculo?.....	29
Concessões para conservação como neocolonização: A Rede de Parques Africanos.....	33

RECOMENDADOS

“A história colonial e a crise ambiental estão intimamente ligadas”.....	40
Títulos de terras do Grupo Jari Celulose, no Brasil, são declarados ilegais.....	40
Na vanguarda: Histórias da resistência das mulheres africanas	40
A memória coletiva do povo Madja, no Brasil.....	40
Total anuncia novas apropriações de terras para compensar suas emissões.....	41

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

Land Watch Thai, Tailândia; Coordenador de LEMTO -Laboratorio de Estudios de Movimientos Sociales y Territorios- de la Universidade Federal Fluminense, Brasil; GRAIN; Sempreviva Organização Feminista (SOF), Brasil, junto a un representante de las comunidades de Iporanga y del Colectivo de Mujeres del PETAR; un Profesor Emérito de Geografía Humana, Universidad de Sídney, Australia; y miembros del Secretariado Internacional del WRM.

NOSSA OPINIÃO

A corrida pelas Concessões de Carbono: mais roubo de terras e desmatamento

Este boletim se concentra em uma causa central do desmatamento em larga escala e espoliação dos povos da floresta: a imposição de concessões de terras como instrumento para separar, dividir e mapear a terra de acordo com interesses econômicos e políticos. Este editorial alerta para a apropriação de grandes quantidades de hectares de floresta para Concessões de Carbono.

Este boletim lança um olhar sobre o que o Secretariado do WRM considera como uma causa subjacente fundamental do desmatamento em grande escala e da espoliação dos povos da floresta: a imposição de concessões de terras como instrumento para separar, dividir e mapear terras (e florestas) segundo interesses econômicos e políticos.

Esse não é um assunto fácil. Ele nos obriga a refletir profundamente sobre as percepções dominantes com relação à “terra”, como ela foi violentamente separada do resto da “natureza”, inclusive de seus habitantes, e como os colonizadores e as Elites capitalistas a vem organizando e usando de acordo com seus interesses.

Alguns artigos deste boletim exploram as histórias coloniais sobre como as concessões foram impostas e sobre a resistência a elas em toda a Amazônia, no Sudeste Asiático e na Bacia do Congo. Em alguns casos, como nos artigos sobre a República Democrática do Congo e a Tailândia, podem-se entender claramente as implicações diretas e profundas que essas histórias têm na continuidade atual da violência, da discriminação e atuais lutas pela terra. O artigo sobre a resistência das mulheres no Brasil alerta sobre como a privatização das concessões para conservação é uma grave ameaça aos meios de subsistência e às culturas das populações locais. Outro artigo alerta sobre o impulso internacional para criar mais Áreas Protegidas “sem pessoas” e expõe a atual tendência à privatização da gestão desses Parques, principalmente no continente africano.

Em estreita relação com esse impulso por mais Áreas Protegidas, há um sério risco de uma enorme expansão de outro tipo de concessão para exercer controle sobre terras de floresta tropical: as Concessões de Carbono. Essas concessões visam controlar, principalmente a commodity do carbono contida nelas e outros dos chamados “serviços ecossistêmicos”. Alguns atores, como ONGs internacionais de conservação, *brokers*, *traders*, agências de certificação e outros, estão competindo pelo comércio de créditos e compensações de carbono (e o facilitando) enquanto ampliam os meios de controle da terra.

A grande onda de compromissos por parte de centenas de empresas multinacionais e mais de 130 governos com a emissão “líquida zero”, junto ao novo impulso rumo às chamadas Soluções Baseadas na Natureza, explicam a corrida pelas Concessões de Carbono. Essa grande onda

também explica por que essas concessões tendem a ser muito maiores do que grande parte dos projetos de carbono florestal promovidos até agora.

Nesse contexto, por exemplo, no final de 2021, a empresa Mayur Renewables PNG Ltd (MR), subsidiária da Mayur Resources Ltd (MRL), obteve três Concessões de Carbono do governo do Papua-Nova Guiné (PNG), totalizando aproximadamente 800 mil hectares de florestas. Essas concessões teriam um período de crédito de mais de 30 anos, e de acordo com a empresa, estes são “projetos de compensação de carbono de REDD baseados na natureza”. (1) O objetivo da empresa é expandir para 1,4 milhão de hectares.

A MRL, com sede em PNG, pretende se tornar a principal fornecedora de “produtos de cal e cimento neutros em carbono” na região, e essas concessões devem transformar seu Projeto Central Cement & Limestone (CCL), localizado perto de Port Moresby, em um negócio “neutro em carbono”. (2)

Em dezembro de 2021, a VT Carbon Partners deu à MR um empréstimo de 3 milhões de dólares. A VT Carbon Partners é um fundo pertencente à Viridios Capital e à Tribeca Investment Partners e administrado pelos mesmos em conjunto. Esse fundo foi lançado em 2021, com um portfólio inicial de 500 milhões de dólares australianos (mais de US\$ 360 milhões), a ser usados em “projetos baseados na natureza” certificados pela Verra. Com essas grandes Concessões de Carbono e planos de expansão, Papua-Nova Guiné deve se tornar um dos maiores produtores de créditos de carbono do mundo.

Durante um webinar em 2021, o CEO da Viridios Capital afirmou que “aqui se pode criar uma indústria totalmente nova e, potencialmente, também um novo mercado de exportação para Papua-Nova Guiné. É só pensar na demanda dos países desenvolvidos para mitigar suas emissões (...), principalmente os vizinhos desenvolvidos, como Austrália e Nova Zelândia, que precisam dessas compensações. E isso criaria toda uma nova indústria em Papua-Nova Guiné, incluindo comunidades locais, que precisariam ser *reeducadas* em manejo florestal *adequado*, ciência e também formação acadêmica em novas tecnologias.” (3) (itálicos nossos)

Esse CEO deve estar pensando que o manejo florestal *adequado* é aquele em que o uso da floresta é voltado apenas aos interesses relacionados aos lucros dos investidores das concessões, e para o qual as comunidades locais precisam ser *reeducadas* sobre como devem se comportar e viver, em vez de coexistir com a floresta e usá-la em seus próprios termos.

Da mesma forma, embora seja alvo de muito mais controvérsia na mídia, em novembro de 2021, um acordo entre o governo da Malásia e a Hoch Standard Ptd, com sede em Cingapura. Ltd., deu à empresa mais de dois milhões de hectares de florestas tropicais na forma de Concessões de Carbono no estado malaio de Sabah, na ilha de Bornéu. O plano era expandir o projeto para quatro milhões de hectares. Segundo o acordo, entidades estrangeiras deteriam os direitos sobre essas florestas pelos próximos 100 a 200 anos. As consultorias globais Tierra Australia e Global Nature Capital também estiveram envolvidas nas negociações.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Em resposta a uma onda de exposição na mídia malaia e da pressão de organizações e grupos da sociedade civil no estado de Sabah, em fevereiro de 2022, a Procuradoria Geral desse estado divulgou um comunicado à imprensa no qual descreveu o proposto “Acordo de Conservação da Natureza” como “juridicamente inválido”. Dez dias depois, no entanto, e apesar das muitas impossibilidades técnicas que foram encontradas para assinar esse acordo, o vice-ministro-chefe de Sabah, Jeffrey Kitingan, disse que “est[ava] tudo bem” com o acordo. (4)

Uma líder indígena de Sabah refletiu sobre esse Acordo e sobre a absoluta falta de consideração para com os grupos indígenas que vivem nessas florestas: “A história está se repetindo? Será que ainda não estamos livres nem curados de nossas histórias coloniais e de guerra?” (5) Uma pergunta muito válida.

(1) Mayur Resources, Mayur’s forest carbon concessions granted paving pathway to “net zero” projects and opportunity to provide high quality carbon credits for global carbon markets, 2022, <https://www.investi.com.au/api/announcements/mrl/79605f7b-165.pdf>

(2) Pacific News Services, Mayur gets carbon concessions, 2022, <https://pina.com.fj/2022/01/19/mayur-gets-carbon-concessions/>

(3) Mayur Resources Forest Carbon Concessions Investor Webinar, 2022 <https://www.youtube.com/watch?v=bcFb5GKcBxI>

(4) REDD-Monitor, A question for Jeffrey Kitingan, Sabah’s Deputy Chief Minister: Who owns Lionsgate, the company registered in the British Virgin Islands that owns all the shares in Hoch Standard?, 2022, <https://redd-monitor.org/2022/02/25/a-question-for-jeffrey-kitingan-sabahs-deputy-chief-minister-who-owns-lionsgate-the-company-registered-in-the-british-virgin-islands-that-owns-all-the-shares-in-hoch-standard/>

(5) Mongabay, Is colonial history repeating itself with Sabah forest carbon deal?, 2021, <https://news.mongabay.com/2021/12/is-colonial-history-repeating-itself-with-sabah-forest-carbon-deals-big-reveal-commentary/>

Colonização e plantações de monoculturas: Histórias de “concentração de terras” em larga escala

O controle da terra era vital para os colonizadores. Significava riqueza, influência territorial, acesso a “recursos” e mão de obra barata (e muitas vezes, escravizada). A separação dos habitantes indígenas de seus territórios foi um componente crucial, e perdura até hoje. O efeito dessa história continua influenciando o manejo e os conflitos territoriais.

As políticas florestais e agrícolas em todo o mundo tendem a considerar a terra apenas como isso: terra. Quando é percebida dessa maneira, simplesmente como uma entidade física, a “terra” pode ser facilmente mapeada ou dividida ou alugada para outros usarem ou considerada como um recurso. Essa visão de terra emergiu de muitas décadas de processos de cercamento e espoliação de terras que foram invariavelmente realizados com força e acompanhados de violência. O objetivo principal era controlar a terra.

Atualmente, a maior parte das terras do mundo está sujeita a algum tipo de regime de concessão (privado ou público) para regular acesso, controle e/ou propriedade. Desde os tempos coloniais até o capitalismo moderno, as concessões têm sido uma das principais formas de organizar terras, florestas e “recursos”, atribuindo a determinados atores o uso legal ou o controle jurídico sobre pedaços de terra específicos, enquanto se marginalizam outros atores. Além da Bíblia, os colonizadores impuseram uma visão de mundo em que a “terra” era separada do resto da “natureza”, incluindo seus habitantes.

É por isso que muitas das lutas de resistência que surgiram ao longo da história das concessões impostas também resistiam à imposição dessa visão eurocêntrica de “terra”, alinhada aos interesses da elite.

Onde foi imposto, esse conceito de “terra” distorceu e esvaziou outras visões de territorialidade e espaços de vida. Por exemplo, nas regiões montanhosas de Sulawesi, na Indonésia, a língua dos povos não tem palavra para “terra”. Há um termo para “solo” e várias expressões para florestas que representam a *relação* das pessoas com ela. Não existe uma categoria abstrata como “terra”. (1) E isso não acontece apenas com esse conceito. Durante uma reunião com uma comunidade indígena Wixárika, em Jalisco, México, em 2016, a pesquisadora e ativista Silvia Ribeiro percebeu que as pessoas estavam usando a língua espanhola para se referir a conceitos como “planta” e “animal”. Um membro da comunidade explicou a ela: “Não temos uma palavra para todos os animais que não nos incluam, ou todas as plantas sem nós, como se tudo isso fosse algo que não nos incluísse”. Cada animal, planta e coisa viva, assim como cada montanha, rio, estrada – e até rocha – tem um nome, porque são todos sujeitos, parte de um mesmo contínuo de seres que compõem a comunidade de um território. (2)

Concessões por meio da expropriação: controlando a terra para gerar lucros

O controle de terras e “recursos” foi fundamental para os colonizadores, uma estratégia para acumular mais riqueza, influência territorial, acesso estratégico a “recursos” e mão de obra barata (e com frequência, escravizada), que permitiu o florescimento de impérios. Eles deslocaram pessoas à força e usaram e/ou erradicaram populações nativas para ter acesso às suas terras. Essa separação dos Povos Indígenas de seus territórios e/ou de sua autonomia sobre esses territórios foi um componente fundamental da colonização e persiste em estratégias contemporâneas de conservação e iniciativas de compensação de carbono florestal, como o REDD+.

As formas pelas quais os colonizadores impuseram seu controle sobre a terra diferiam de uma colônia para outra ou segundo o tipo de recurso que lhes interessava, de acordo com a geografia da colônia, e também mudaram com frequência ao longo do período colonial. (3) Na esteira dessa apropriação colonial de terras, empresas e colonos ricos associados aos colonizadores tomaram enormes extensões de terra e estabeleceram suas operações comerciais. (4)

No **Sudeste Asiático**, por exemplo, grandes concessões de terras para plantações foram estabelecidas pela primeira vez em toda a região por colonizadores europeus, para expandir e solidificar o controle territorial. Isso incluiu a pacificação da agitação entre as populações rurais através da imposição de novas formas de controle e a criação de novas fontes de acumulação de capital por meio de plantações de seringueira, café, chá, cana-de-açúcar e coco. Os governos coloniais da região apoiaram o desenvolvimento das plantações de seringueira oferecendo empréstimos a empreendedores privados, como o “Esquema de Empréstimo a Plantadores” da Malásia, em 1904, e concedendo terras a preços muito baixos. Na Malásia peninsular, áreas consideradas “desabitadas” – embora ocupadas e usadas por habitantes nativos – foram cedidas a investidores do setor da borracha. Na Indochina Francesa, onde essa indústria surgiu na década de 1920, as concessões eram entregues, na prática, a investidores, o que levou à expansão das aquisições de terras, gerando conflitos com os Povos Indígenas (5).

A Lei Agrária que o governo colonial holandês promulgou, em 1870, no que hoje é conhecido como Indonésia, permitiu que empresas e elites estrangeiras ocupassem grandes extensões de terras. Essa Lei contém uma disposição de que “todas as terras que não sejam de titularidade comprovada serão consideradas domínio do Estado”. Conseqüentemente, os colonizadores holandeses declararam a posse da maior parte das terras em sua colônia, enquanto enfraqueciam o controle dos Povos Indígenas sobre seus territórios ancestrais. Isso levou a uma onda de investimentos não apenas holandeses, mas também britânicos, norte-americanos e franco-belgas, entre outros. Algumas empresas tinham plantações de seringueiras totalizando até 100 mil hectares, o que confinou violentamente os habitantes nativos em áreas cada vez menores. O efeito dessa história ainda pode ser visto hoje, pois continua influenciando o caráter da posse da terra na maior parte da Indonésia: o controle desproporcional do Estado sobre a terra continua sendo uma influência maligna na política e na economia do país. (6)

Os colonizadores britânicos estabeleceram uma estrutura semelhante na Malásia, concentrando-se principalmente em economias baseadas em plantações que serviam a interesses coloniais de

longo prazo. Como argumenta a pesquisadora Amrita Malhi, “um ‘regime de propriedade’ substituiu ‘modos tradicionais de regulamentação’ e estabeleceu o Estado colonial como o juiz único e centralizado da terra e de sua distribuição”. (7)

No entanto, os colonizadores britânicos buscaram não apenas consolidar seu poder por meio do controle da terra, mas também transferir a população desapropriada a espaços mais confinados. Essas novas concessões de ocupação – seja em termos de reservas florestais estabelecidas para estudar espécies de árvores e outros “recursos” produtivos, plantações de monoculturas ou aldeias recém-criadas para as populações expulsas – dividiram os ambientes “natural” e “social” da Malásia, permitindo obter mais lucros a partir da terra. (8) Em 1902, o capitalista escocês William Sime e o banqueiro inglês Henry Darby fundaram uma firma comercial em Malaca, com a participação de empresários chineses locais: Sime-Darby, a empresa que introduziu o dendê na Malásia peninsular em 1910. (9) Hoje, essa corporação controla mais de 620 mil hectares de plantações de dendezeiros na Malásia e na Indonésia.

Outro exemplo é o sistema de plantações (*plantations*) utilizado pela colonização britânica nas Américas como instrumento de controle da terra e poder político. As terras nas quais as plantações foram estabelecidas na América do Norte e nos territórios do Caribe foram roubadas dos Povos Indígenas por meio de tratados cancelados, desrespeitados e fraudulentos, ou simplesmente de violência. O sistema de cultivos comerciais em plantações monocultoras representou os primeiros empreendimentos capitalistas dos colonizadores, que trouxeram à força milhões de africanos e os venderam como escravos para trabalhar nessas plantações.

Como esses exemplos mostram, a categoria de concessões de terras deve ser entendida em sua articulação com as histórias arraigadas de colonização, expropriação, conflitos e poder.

Esses eventos históricos levaram a profundas transformações nas florestas e seus habitantes, que tem e continuarão tendo efeitos devastadores no longo prazo. A visão colonial que foi imposta sobre as formas de perceber, compreender e utilizar a “terra” continua dominando os sistemas de conhecimento ocidentais. De certa forma, as concessões, principalmente aquelas relacionadas às plantações industriais, ainda hoje representam espaços onde a terra, os meios de subsistência, a lei e o governo são monopolizados, colonizados e incorporados ao sistema colonial dominante das plantações. (10)

Concessões na África: violência, cooptação e racismo

Na África, os colonizadores europeus também concederam vastas áreas de terras a empresas privadas. Na verdade, todas as grandes potências coloniais do continente usaram essa estratégia para expandir seu controle territorial. Em meados da década de 1870, os colonizadores europeus se diziam donos de grande parte da África. O caso mais notório foi sem dúvida o domínio do rei Leopoldo II sobre o “Estado Livre do Congo”, que foi sua colônia privada por mais de uma década (1895-1908).

Na África, havia concessões em colônias francesas, britânicas, belgas, alemãs e portuguesas (incluindo o que hoje é conhecido como Angola, Botsuana, República Centro-Africana, Camarões, Chade, RDC, Gabão, Malawi, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue). Embora a forma das concessões variasse muito, um elemento comum era o objetivo principal dos seus titulares: extrair “recursos” ao menor custo possível. Eles receberam poderes geralmente associados aos governos, como monopólio da violência e autoridade para tributar. Algumas colônias foram totalmente administradas como concessões. Por exemplo, toda a Rodésia (atual Zimbábue) foi dada em concessão à British South Africa Company. Além disso, era comum serem dadas concessões sobre áreas ricas em “recursos”. (11)

Uma condição primordial para que essas empresas obtivessem lucros exorbitantes com suas concessões era a exploração da mão de obra, usando coerção e violência.

Na África Subsaariana, as concessões a empresas privadas se caracterizaram pela cooptação de instituições locais, substituição de líderes que não cooperassem por outros, submissos, e criação de linhagens dominantes. Com essas táticas, as concessões instituíram uma série de déspotas locais que, com frequência, continuam dominando a política nas aldeias. Isso acontece principalmente onde foram estabelecidas concessões para plantações de monoculturas. Líderes que não obedecessem ou chefes rebeldes eram geralmente mantidos em cativeiro, substituídos, rebaixados sem qualquer pudor, ou assassinados. A seguir, a complacência dos governos de líderes cooptados era obtida por meio de extrema violência. (12) Como a presença europeia estava confinada principalmente às respectivas capitais e cidades litorâneas, sua dominação por meio de chefes e instituições cooptados caracterizou a maior parte do continente.

Enquanto destruíam as instituições, as lideranças e o tecido social locais, os europeus empregaram uma série de estratégias para reprimir as muitas lutas de resistência e rebeliões, incluindo sistemas de trabalho forçado, tributação extorsiva sobre os camponeses, subjugação e massacres em massa. Tudo isso tem consequências profundas sobre a política e as organizações de hoje.

Em Serra Leoa, por exemplo, chefes supremos, subordinados e locais governavam o interior do país durante a era colonial e respondiam apenas à administração colonial na capital Freetown. O poder dos chefes perdurou e até se fortaleceu após a independência. Os chefes supremos se tornaram parte da administração do Estado, o que muitas vezes os colocava em conflito com seu papel nos sistemas tradicionais de governo. Ao longo de todo o período pós-independência, esses chefes controlavam a terra, resolviam disputas, tributavam a produção, forneciam alguns bens e serviços públicos e distribuíam votos entre seus candidatos preferidos nas eleições nacionais. (13)

Muitas destas novas nações independentes na África, em grande parte ainda inseridas nos marcos coloniais, decidiram nacionalizar suas terras, apropriando-se dos direitos de uso para poder alocar vastas extensões a ser usadas em grandes projetos de agronegócio por empresas públicas ou privadas, e até mesmo indivíduos. Assim, milhões de hectares foram confiscados legalmente (mais uma vez) das populações locais.

A esse respeito, o ativista social e ambiental e defensor dos direitos humanos Nasako Besingi explicou em uma entrevista de 2018 ao WRM que “é errado que qualquer governo se considere proprietário de terras e descarte os direitos das comunidades. Aliás, o problema das leis agrárias da África é que elas foram formuladas com a ajuda de senhores coloniais, que, sem o consentimento da população, entregaram o território aos presidentes, que não foram eleitos pela população, mas sim, na maioria das vezes, escolhidos a dedo pelos colonizadores para servir aos seus interesses de longo prazo”. (14)

A frase “toda a terra pertence ao Estado”, ele continuou, não implica que a terra seja propriedade do governo, mas sim de toda a população que vive no território de um Estado. Um governo é descrito como uma agência na qual se formula, expressa e executa a *vontade* do Estado, e através da qual as políticas comuns são determinadas e regulamentadas em termos de desenvolvimento político, econômico e social. O cumprimento dessas tarefas não se traduz em direitos de propriedade governamental sobre a terra e os recursos naturais do Estado.

“Durante o tempo em que estou envolvido em movimentos e organizações de direitos comunitários à terra em Camarões e em outros países”, disse Besingi, “nenhuma comunidade que eu conheci aceitou a ideia de que a terra seja propriedade do governo. Elas afirmam que a terra pertence às suas comunidades e é um patrimônio ancestral. Nenhuma das comunidades com as quais eu trabalhei concorda com a presença de grandes empresas multinacionais em suas terras, alegando que elas foram estabelecidas através do uso da força coercitiva”.

Categorizar terras e “recursos” como concessões foi o que permitiu a expansão do sistema capitalista: concessões para extração de combustíveis fósseis, plantações de monoculturas, operações de mineração, grandes infraestruturas corporativas etc. Inclusive as concessões sob domínio público, aquelas reservadas à “conservação”, estão entrando na mesma lógica capitalista de acumulação e retirando o controle das populações locais.

O estabelecimento de concessões, na verdade, tem sido uma tentativa de apagar a poderosa resistência e a sobrevivência daqueles que viviam naquelas terras e florestas antes de sua imposição. Quando uma concessão é dada a uma empresa ou ONG, as histórias, memórias e a teia de vida que existiu ou continua existindo naquela “terra” se tornam invisíveis. As concessões fazem as pessoas acreditarem que os legítimos proprietários ou usuários não são aqueles que originalmente ocuparam, protegeram e trabalharam nesses territórios. Mas, como observou um ancião do povo gitksan em uma reunião com membros do governo canadense que afirmavam a propriedade governamental sobre o território Gitksan: “Se esta é sua terra, onde estão suas histórias?” (15)

Como observou Besingi, um aspecto fundamental das lutas de resistência das comunidades na África é “vencer o medo e a ignorância deliberadamente inculcados na população pelas administrações coloniais e pós-coloniais... Considerando que movimentos duradouros são aqueles que se constroem a partir da base e não de fora, só pode haver resistência forte quando ela é vinculada às preocupações da comunidade”.

Os conflitos de terra e a resistência à atual imposição de concessões, portanto, fazem parte de lutas históricas muito mais profundas em torno de visões opostas sobre os significados de “terra” e “natureza”. As reivindicações das comunidades em relação à sua autonomia e seu controle sobre suas terras e vidas fazem parte dessa preocupação.

Secretariado Internacional do WRM

- (1) Edge Effects, What is Land? A conversation with Tania Murray Li, Rafael Marquese, & Monica White, 2019, <https://edgeeffects.net/land-plantationocene/>
- (2) Boletim do WRM, dezembro de 2016, Das compensações de biodiversidade à engenharia de ecossistemas: novas ameaças a comunidade e territórios, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/das-compensacoes-de-biodiversidade-a-engenharia-de-ecossistemas-novas-ameacas-a-comunidades-e-territorios>
- (3) Nancy Lee Peluso & Christian Lund (2011) New frontiers of land control: Introduction, *Journal of Peasant Studies*, 38:4, 667-681, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2011.607692>
- (4) Roudart, Laurence and Marcel Mazoyer (2015) “Large-Scale Land Acquisitions: A Historical Perspective” in *Large-Scale Land Acquisitions: Focus on South-East Asia*, International Development Policy, <https://journals.openedition.org/poldev/2088>
- (5) Miles Kenney-Lazar e Noboru Ishikawa, *Mega-Plantations in Southeast Asia: Landscapes of Displacement*, 2019, https://www.researchgate.net/publication/335224850_Mega-Plantations_in_Southeast_Asia_Landscapes_of_Displacement
- (6) Inside Indonesia, A 150-year old obstacle to land rights, 2020, <https://www.insideindonesia.org/a-150-year-old-obstacle-to-land-rights>
- (7) Amrita Malhi (2011): Making spaces, making subjects: land, enclosure and Islam in colonial Malaya, *Journal of Peasant Studies*, 38:4, 727-746, https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/56750/2/01_Malhi_Making_spaces%2c_making_2011.pdf
- (8) David Baillargeon, Spaces of occupation: Colonial enclosure and confinement in British Malaya, 2021, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305748821000487>
- (9) Robert Fitzgerald, *The Rise of the Global Company. Multinationals and the Making of the Modern World*, 2016, Cambridge University Press
- (10) Edge Effects, What is Land? A conversation with Tania Murray Li, Rafael Marquese, & Monica White, 2019, <https://edgeeffects.net/land-plantationocene/>
- (11) Sara Lowes and Eduardo Montero, Concessions, Violence, and Indirect Rule: Evidence from the Congo Free State, 2020, https://scholar.harvard.edu/files/lowes_montero_rubber.pdf
- (12) Idem (11)
- (13) VoxDev, Historical legacies and African development, 2019, <https://voxdev.org/topic/institutions-political-economy/historical-legacies-and-african-development>
- (14) Boletim do WRM, dezembro de 2018, Uma reflexão vinda da África: dominar o medo para construir movimentos mais fortes, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/uma-reflexao-vinda-da-afrika-dominar-o-medo-para-construir-movimentos-mais-fortes>
- (15) J. Edward Chamberlin, *If This Is Your Land, Where Are Your Stories?*, Penguin Random House Canada, <https://www.penguinrandomhouse.ca/books/25904/if-this-is-your-land-where-are-your-stories-by-j-edward-chamberlin/9780676974928/excerpt>

Colonialismo florestal na Tailândia

Empresas britânicas não apenas controlavam 80% das “terras madeireiras” estabelecidas na Tailândia, mas também influenciaram o estabelecimento do Real Departamento Florestal, que passou a ter poder total sobre as florestas do país. A apropriação de grandes quantidades de terras e várias leis coloniais transformaram metade do território do país em uma colônia do Estado central.

Um sistema de concessão do século XIX

Em 1874, durante a era do colonialismo europeu, a monarquia do Sião, com sede em Bangkok, anexou Chiang Mai, localizada no que hoje é o norte da Tailândia, como sua própria colônia. Em 1883, o Tratado de Chiang Mai impôs um modelo siamês de concessões florestais que dava às empresas europeias acesso direto às vastas áreas de teca da região, e grande parte do lucro seria dividido com a monarquia em Bangkok.

Entre 1889 e 1896, a Bombay Burmah Company, a British Borneo Company, a Siam Forest Company Ltd. e a Louis T. Leonowens Ltd., do Reino Unido, e a East Asiatic Co., da Dinamarca, começaram a cortar madeira em grande quantidade. (1) As empresas britânicas controlavam 80% das chamadas “terras madeireiras”. (2) Elas também tiveram um papel no estabelecimento do Real Departamento Florestal em 1896, que passou a ter total poder sobre as atividades florestais do país. Um cidadão britânico foi chefe do Departamento pelos 28 anos seguintes, e as atividades madeireiras britânicas se estenderam por sete décadas.

Colônias Florestais

Sob a primeira legislação florestal do país, de 1913, a Lei de Preservação Florestal, as florestas foram definidas em termos de ocupação colonial. Todas as terras sem escrituras régias que permitissem o cultivo ou a construção de casas eram consideradas sob controle do Departamento Florestal. Assim, o Departamento conseguiu acumular grandes áreas de terra para concessões madeireiras nas quais já viviam agricultores sem documentação fundiária, cuja subsistência dependia, em parte, das florestas.

A Lei de Proteção e Preservação Florestal de 1938 manteve o mesmo espírito, definindo as florestas como terras “residuais” ou desocupadas, de domínio público. Da mesma forma, a Lei Florestal de 1941 considerava as florestas como terras que “ainda não haviam sido adquiridas por ninguém segundo a Lei de Terras”. Essas leis efetivamente transformaram metade do território do país em uma colônia florestal do Estado central, anexando terras comunitárias, florestas, campos e territórios de aldeias.

125 anos de silvicultura

As atividades florestais e a ciência florestal tailandesas surgem da história da extração de teca no norte do país, a partir de 1840. Nos centros de governo no norte, como Chiang Mai, Lampoon e Lampang, os nobres haviam dado permissão a várias empresas chinesas, birmanesas e thai yai (nacionalidade étnica existente em todo o sudeste da Ásia) para extrair teca por um preço. Então, em 1855, o Estado central siamês assinou com a Grã-Bretanha o acordo comercial conhecido como Tratado de Bowring, que permitia aos britânicos, bem como às nacionalidades étnicas sob domínio britânico, incluindo birmaneses, thai yai e mon, expandirem a extração de teca na região. Assim, a British Borneo Company já estava em cena em 1864 como compradora de madeira, mesmo antes da anexação formal de Chiang Mai como colônia siamesa, dez anos depois.

Foi somente em 1954-55 que as vastas concessões madeireiras dadas a estrangeiros expiraram e foram entregues à Organização da Indústria Florestal da Tailândia e às empresas madeireiras provinciais. Naquela época, as áreas de teca nativa maduras do país estavam amplamente esgotadas e as concessionárias estavam se voltando para outras espécies comerciais. Nas décadas seguintes, os índices de desmatamento do país aumentaram e passaram a estar entre os mais altos do mundo, impulsionados, em grande parte, pela expansão da agricultura comercial, mas também pela extração de madeira sob o sistema de concessão e pela construção de barragens, que muitas vezes abriram novas áreas para cultivo. A extração de madeira teve um grande impacto nas florestas que foram preservadas e mantidas pelas comunidades locais para seu próprio uso, estimulando a resistência no Norte e em outras partes do país e motivando um movimento ambiental tailandês cada vez mais forte. A extração de madeira foi finalmente proibida em 1989.

Conservação autoritária

À medida que a era da extração madeireira começou a chegar ao fim na década de 1980, o foco do estabelecimento florestal mudou para plantações industriais comerciais de árvores e conservação florestal. Mas o padrão de colonialismo interno permaneceu, acompanhado pela crescente resistência local à hegemonia estatal sobre as terras, incluindo as florestas, usadas por milhões de moradores das aldeias.

Embora o governo tailandês tenha promulgado duas leis de conservação no início da década de 1960 (a Lei de Preservação e Proteção da Vida Selvagem e a Lei de Parques Nacionais), foi somente após a proibição da extração de madeira, 93 anos após a criação do Departamento Florestal, que o pensamento oficial de conservação realmente decolou. As áreas de conservação foram se expandindo pouco a pouco, invadindo principalmente as comunidades minoritárias que residem em áreas montanhosas. Inicialmente elas ocuparam antigas concessões madeireiras, depois se expandiram ainda mais de acordo com a recomendação dos “especialistas” da ONU-FAO, de que a Tailândia não deveria ter menos de 40% de cobertura de árvores. Como resultado, os moradores comuns das aldeias foram privados do acesso aos recursos necessários, unidades governamentais foram instaladas perto das comunidades para limitar o uso das florestas, e muitas pessoas foram expulsas de suas terras. Os conflitos violentos entre os moradores rurais e o Estado aumentaram.

As últimas alterações na lei florestal tailandesa (após o golpe militar de 2014, quando o general do exército reformado Prayut Chan-O-Cha se tornou primeiro-ministro) incluem a quarta Lei Nacional de Florestas Reservadas de 2016, a Lei de Parques Nacionais de 2019 e a Lei de Preservação e Proteção da Vida Selvagem de 2019. As infrações acarretam penas que aumentaram para 1 a 20 anos (3) de prisão e multas entre 60 e 600 mil dólares. Nos últimos anos, também foram iniciadas ações na justiça contra moradores por danos a “recursos naturais” e por contribuir para o aquecimento global. Residentes em terras florestais do Estado foram processados injustamente por danos, com multas enormes que eles não têm como pagar.

As novas leis aumentaram muito o poder de funcionários públicos de fazer prisões e tomar propriedades nos Parques e Reservas Florestais Nacionais. Para poder permanecer em suas terras sem ameaças de prisão ou multas, os membros da comunidade devem obter autorização de residência com prazo de 20 anos (4) e permissão especial para usar as florestas. De fato, em muitos aspectos, as Reservas Florestais Nacionais e os Parques Nacionais agora parecem territórios sob lei marcial. Há fortes ecos da Lei Marcial de 1914, promulgada durante a Primeira Guerra Mundial, que deu aos militares poder acima das autoridades civis, permitindo-lhes revistar pessoas, veículos ou edifícios à vontade, emitir proibições, apreender mercadorias, construir fortalezas, expulsar a população e destruir ou modificar terrenos ou incendiar casas para negar ao inimigo qualquer vantagem na batalha.

Desde os complexos processos de colonização das terras florestais do país, impuseram-se visões racistas e opressoras sobre as florestas e seus habitantes. Essa mentalidade colonial continuou influenciando as decisões e a formulação de políticas nacionais, prejudicando seriamente as comunidades florestais, que são em grande parte falsamente consideradas como intrusas ou prejudiciais às florestas. Isso, por sua vez, se manifesta com extrema violência e discriminação em relação a essas comunidades, com seus meios de subsistência e suas práticas culturais tradicionais.

Apesar das circunstâncias realmente difíceis, as comunidades florestais continuam desafiando e lutando contra esse contexto opressivo. No início de 2021, o povo indígena karen, de Bang Kloi, retornou ao seu lar ancestral nas florestas de Kaeng Krachan, após anos de desapropriação devido à criação do Parque Nacional Kaeng Krachan. Trinta pessoas foram presas por “invadir o parque nacional”. (5) Elas são proibidas de retornar ou entrar no Parque sem permissão. Se ainda assim desobedecerem, sua liberdade sob fiança será cancelada e elas serão enviadas para a prisão imediatamente.

É claro que a luta do Povo Karen para ter seu território de volta não é apenas pela terra, mas também pelo resgate de sua identidade, sua cultura, sua dignidade e sua vida, a partir de uma história de colonização e ocupação.

Pornpana Kuaycharoen Land Watch Thai

(1) Master Thesis, “Development of teak logging in Thailand 1896-1960”, Salarirat Dolarom, Silpakorn University, Thailand, 1985

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(2) Idem (1)

(3) Artigo 30 da Lei Nacional de Florestas Reservadas B.E. 2019 e Artigo 41 da Lei de Parques Nacionais B.E. 2019. Veja a Lei de Parques Nacionais de 2019, versão em inglês aqui. <http://115.31.166.198/DNP/FileSystem/download?uuid=69d260ae-df67-4345-93ee-288c88a3bc6d.pdf>

(4) Artigo 64 da Lei Nacional de Florestas Reservadas B.E. 2019

(5) A imposição de Parques Nacionais na Tailândia: A luta do povo indígena Karen por suas florestas e sua sobrevivência, Boletim 254 do WRM, março de 2021, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-imposicao-de-parques-nacionais-na-tailandia-a-luta-do-povo-indigena-karen-por-suas-florestas-e-sua-sobrevivencia/>; e ALERTA! Comunidades indígenas Karen correm riscos ao retornar ao seu território ancestral na Tailândia, <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/alerta-comunidades-indigenas-karen-correm-riscos-ao-retornar-ao-seu-territorio-ancestral-na-tailandia/>

Concessões Florestais, Conceito Colonial

O que uma historiografia chama de expansão civilizatória ou do capital, na verdade tem sido invasão e desterritorialização de povos e comunidades com muita violência epistêmica e territorial. As concessões vêm sendo feitas em áreas que não são vazios demográficos, conceito colonial que ignora que essas áreas são ocupadas há milênios.

*Aos Povos Mapuche em momento
de retomada de seus territórios*

Recentemente populações camponesas dos cerrados no Brasil, conhecidas como Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, vêm questionando o instrumento jurídico de ‘concessão de direito real de uso’ que lhes vem sendo proposto pelo estado brasileiro para regularizar as terras por eles tradicionalmente ocupadas. Trata-se de um instrumento em que o estado concede por tempo determinado o direito de uso, mas mantém a titularidade das terras. Esse instrumento vem sendo usado em situações em que se reconhece o interesse social, incluindo a dimensão ambiental. No caso específico das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto registre-se o uso comum da terra e tudo que nela está implicado - água, fauna e flora incluídas - por essas populações. É comum nessas unidades territoriais tradicionais as famílias disporem de terras de uso unifamiliar junto às suas casas e, nos fundos das suas casas, uma área de uso comum para fins de extrativismo de frutos e madeiras ou para uso como pasto comum ou, quando em terras de uso comum afastadas de suas casas, áreas não-contíguas, chamam de “fecho de pasto” que são usadas para os mesmos fins das áreas de ‘fundos de pasto’.

O questionamento que algumas dessas comunidades vêm fazendo ao uso desse instrumento jurídico chama a atenção pelo fato de tocar no cerne do conceito de ‘Concessão’, expressão que remete “à ação ou efeito de conceder, de tornar disponível, de colocar à disposição; consentimento, permissão”. Esse questionamento se dá a partir de uma condição de origem, a saber, sua existência prévia ao poder do estado que se arvora a condição de poder concedente. Afinal, as comunidades de fundo ou de fecho de pasto conformam um espaço territorial de uso comum enquanto um modo de vida naquilo que pode ser caracterizado como direito consuetudinário logo anterior ao estado e não só cronologicamente, mas também por serem práticas tradicionais que continuam atuando/atuais.

Na verdade, reivindicam enquanto grupo social, o mesmo que o direito internacional reconhece aos estados como *uti possidetis de iuris*, princípio segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. Com isso, atualizam um debate teórico-político que os Povos Indígenas já vêm colocando acerca de seus territórios, cujas origens são anteriores aos estados dos atuais países em que vivem. Assim, essas comunidades camponesas tradicionais se juntam aos Povos Indígenas e comunidades quilombola/cimarrones/pallenqueros cujos direitos são

reconhecidos pelo Convênio 169 da OIT, de 1989, que reforçam uma tendência recente no direito internacional, como se viu com a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, de 2007.

Para que se tenha a dimensão da profundidade desse processo de reconhecimento dos seus direitos sobre territórios que já ocupam registre-se que se trata de processos que não se limitam a esses povos e populações tradicionais, haja vista que todo esse reconhecimento está estreitamente relacionado aos processos de descolonização que se seguiram ao fim da segunda guerra mundial, sobretudo na Ásia e na África (1), e, ainda, diante do massacre cometido contra o povo judeu nos campos de concentração nazistas. Desde então, reconheceu-se o direito às minorias étnico-raciais no interior dos estados até então considerados uninacionais.

Recentemente, os Povos Indígenas da América (2) retomaram seu protagonismo chegando mesmo a questionar a exclusividade da designação da sub-região como América Latina, expressão que olvida a existência de povos que não têm origem latina e que, hoje, designam a sub-região com um nome próprio: *Abya Yala* (3). A Bolívia e o Equador se declaram explicitamente em suas Cartas Magnas como Estados Plurinacionais, em 2010 y 2008 respectivamente, assim como outros estados reconhecem os direitos dos Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais aos seus territórios mesmo no interior dos estados, assim não mais uninacionais exclusivamente.

As lutas dos povos e comunidades tradicionais trazem à baila, questionando, o caráter colonial em sua continuidade-descontinuidade, haja vista que “o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade” (4). Afinal, o modo colonial de pensar/agir e sentir – a colonialidade - sobreviveu ao fim do colonialismo enquanto período histórico datado. Isso fica claro com a permanência do conceito colonial de ‘concessão’, de ‘reserva’, de ‘resguardo’ ou de ‘desenvolvimento’ que ainda perseveram nos estados e nos organismos internacionais quando se referem às populações tradicionais ou às concessões sobre territórios de bosques. Olvidam que esses grupos/etnias/povos/classes reivindicam o reconhecimento de seus territórios e alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento, enfim, de bem-conviver (*Ubuntu*, *Sumaq Qamaña* ou *Sumak Kausay*) (5) sugerindo outros horizontes de sentido político para a vida.

E o fazem trazendo ao debate um tempo imemorial/ancestral que põe em xeque o tempo colonial e seu horizonte de acumulação de capital [sempre] de curto prazo.

Não é o tempo de nossas florestas e de nossos territórios habitados desde o Pleistoceno, há mais de 19.000 anos, como na Formação Cultural Chiribiquete, na atual Amazônia colombiana. Como fazer ‘concessão florestal’ ignorando, por exemplo, a ‘floresta tropical cultural úmida’, como vem sendo designada a floresta amazônica? A Amazônia possui cerca de 39 bilhões de árvores agrupadas em 16.000 espécies das quais apenas 227 (ou seja, 1,4%) representa metade do total de árvores do bioma. Tais espécies são conhecidas como hiperdominantes. Dentre as espécies hiperdominantes há 85 com populações domesticadas/manejadas cuja dispersão e concentração foram possivelmente influenciadas pela ação humana no passado. Sabe-se que o açaí é manejado desde pelo menos 2000 anos A.P, ligado a áreas de floresta amazônica brasileira e colombiana em que há formação de solos com terras pretas, que são solos antropogênicos. O mesmo ocorre há

11.000 anos com a bacaba (*Oenocaropus bacaba*), o patauá (*O bataua*), o murumuru (*Astrocaryum murumuru*), o buriti (*Mauritia Flexuosa*), o inajá (*Attalea maripa*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*).

Estudos clássicos mostram que práticas agrupadas como ‘agrofloresta’, indicam que a hiperdominância da floresta amazônica foi ao menos parcialmente construída em um processo coevolutivo entre indígenas, plantas e animais desde o início do Holoceno. E não só na Amazônia como já se identificou em 76 famílias e 240 espécies de plantas com base em estudos de sementes, lenhos, fitólito, grãos de amido e de pólenes preservados em sedimentos e artefatos arqueológicos em Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, EEUU, Guatemala, Guina Francesa, Honduras, México, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Como se vê estamos diante de outro paradigma, distinto do eeuurocentrismo e que não separa natureza e cultura ou natureza e sociedade. As florestas não são vazios de ocupação, de cultura. As concessões florestais ou outras (de terras e mineração, p.e.) vêm sendo feitas em áreas que não são vazios demográficos, conceito colonial que ignora que essas áreas são ocupadas há milênios, como vimos. Por isso, aquilo que uma historiografia candidamente chama de expansão civilizatória ou do capital tem sido invasão e desterritorialização de povos e comunidades com muita violência epistêmica e territorial (ecocídio e terricídio).

Essa tensão conflitiva que se configura desde 1492 em *Abya Yala*|*América* ganha hoje contornos dramáticos com a luta dos Povos do Wallmapu, no sul do continente, quando os indígenas Mapuche vêm retomando os territórios que lhes foram violentamente arrebatados e sem a sua concessão, se me permitem o termo até aqui usado em sentido impróprio. Tudo indica que novos tempos se abrem quando vemos a Assembleia Constituinte chilena sob a liderança de uma indígena Mapuche propor, em 27 de janeiro de 2022, que o país passe a ser designado como um Estado Plurinacional e Intercultural.

Carlos Walter Porto-Gonçalves,

Coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – da Universidade Federal Fluminense e Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil.

(1) Consideremos que processos de independência das antigas metrópoles coloniais europeias já haviam ocorrido nas Américas desde 1776, no EEUU, 1804, no Haiti, seguido por vários outros países nesse continente.

(2) Podemos admitir que a resistência dos povos originários se deu desde o primeiro momento do processo de invasão/conquista colonial. Entretanto, cabe o registro da grade rebelião que ocorreu no mundo andino sob o comando de Tupac Amaru, Tupak Katari e Bartolina Sissa, em 1781, que praticamente paralisou a exploração de prata e contribuiu para o início dos processos de independência capitaneados pelas elites *criollas*.

(3) PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2006). *Abya Yala*. In SADER, Emir e Jikings, Ivana. *Enciclopedia Latinoamericana*. Ed. Boitempo, São Paulo e Madrid.

(4) QUIJANO, Anibal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. Buenos Aires.

(5) Ubuntu, entre os bantus na África, Sumaq Qamaña, entre os aimarás, e Sumak Kausay, entre os quéchuas, nos Andes, são conceitos/cosmogonias como esses povos vêm autodesignando seus modos de vida próprios recusando serem identificados com conceitos de forte conteúdo etnocêntrico como o de desenvolvimento.

Um século de agrocolonialismo na República Democrática do Congo

Muitas concessões para plantações de dendezeiros na África Ocidental e Central foram realizadas em terras roubadas das comunidades durante as ocupações coloniais. É o caso da RDC, onde a indústria de alimentos Unilever iniciou seu império de óleo de dendê. Hoje, essas plantações ainda são palco de pobreza e violência contínuas. É hora de acabar com o modelo colonial de concessões e devolver as terras aos seus donos originais.

Muitas das plantações de dendezeiros agora pertencentes a grandes empresas multinacionais na África Ocidental e Central foram realizadas em terras roubadas de comunidades locais durante as ocupações coloniais. É o caso do que hoje é conhecido como República Democrática do Congo (RDC), onde a multinacional anglo-holandesa de alimentos Unilever começou a construir seu império de óleo de dendê. Hoje, essas plantações são palco de pobreza, conflito e violência permanentes. Não pode haver solução para esses problemas até que as terras sejam devolvidas às comunidades e que se faça justiça pelos danos sofridos.

Em 1911, o rei Leopoldo, da Bélgica, deu ao industrial britânico Lorde Leverhulme concessões sobre imensas áreas onde hoje é a RDC. Duas vezes a área da Bélgica, essas terras florestais estavam cheias de dendezeiros, que os habitantes locais cuidaram e desenvolveram ao longo de gerações, convertendo o que antes era uma savana em uma das florestas tropicais mais importantes do mundo.

Leverhulme queria uma fonte de óleo vegetal barato para a principal marca de detergente de sua empresa, Sunlight, e não foi o único a recorrer ao povo do Congo para isso. O óleo de dendê, que havia muito era uma parte importante dos sistemas alimentares na África Central, era cada vez mais interessante para os comerciantes europeus, principalmente os portugueses, que, na época, visitavam regularmente as comunidades ao longo do rio Congo para comprar dendê. A concorrência fazia com que os preços locais aumentassem, para desgosto de Leverhulme. (1)

As concessões não davam à empresa de Leverhulme, a Huileries du Congo Belge (HCB), direitos sobre os territórios das comunidades locais que vivem nessas áreas, e deveria haver um processo para demarcar as terras dentro das concessões. Mas Leverhulme estava impaciente e pressionou as autoridades belgas a lhe dar o monopólio sobre a compra de dendê na área – dentro dos famigerados “acordos tripartites” entre Leverhulme, a autoridade colonial belga e as comunidades

locais que, na realidade, não tinham voz na questão. A partir de então, os moradores locais passaram a ser tratados como ladrões se ousassem fornecer o produto colhido em seus próprios dendezaís a qualquer um que não fosse a empresa de Leverhulme – embora o preço de mercado geralmente fosse três a quatro vezes maior do que o pago por ela.

Em 1924, comerciantes portugueses que atuavam na área de Basoko, atual província de Tshopo, enviaram uma carta à autoridade colonial belga, condenando os acordos:

“Esse contrato celebrado no dia 5 de julho passado proíbe a compra de qualquer produto de dendê, seja o fruto, a amêndoa ou o óleo, da forma que for, na concessão dada a essa empresa [HCB]. E o que é ainda mais prejudicial aos nossos interesses, essa medida também abrange os produtos colhidos em terras ocupadas pelos nativos (...) Os nativos têm direitos estritamente definidos sobre campos e plantações, bem como sobre os produtos lá colhidos. Sendo assim, como eles podem ser forçados a entregar seus produtos de dendê a uma só empresa? Essa obrigação não os priva do benefício da concorrência? Quais representantes dos nativos poderiam ter celebrado, em seu próprio nome, um contrato que lhes traz apenas desvantagens? (2)

Leverhulme e os colonizadores belgas justificaram esse monopólio escandaloso com o argumento de que a empresa dele estava fazendo investimentos importantes na área ao construir fábricas de óleo de dendê, e proporcionando empregos, escolas, serviços de saúde e igrejas aos moradores. Eles também inventaram, sem qualquer base científica, um argumento de que os dendezaís eram “naturais” e não, como era amplamente sabido entre moradores e forasteiros que passavam algum tempo na região, que eram fruto de gerações de cuidado e trabalho por parte das comunidades locais. Se os dendezaís fossem “naturais”, o Estado (ou seja, a autoridade colonial belga) poderia alegar ter direitos de posse sobre eles e justificar mais facilmente a entrega do controle à empresa de Leverhulme.

Nenhum argumento tinha qualquer base. As escolas que a empresa instalou eram de baixa qualidade e, em grande parte, não frequentadas por crianças locais que, de qualquer forma, estavam ocupadas trabalhando para a empresa. Os serviços médicos também não estavam disponíveis aos moradores locais e, como admitiu um administrador colonial: *“Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, ainda é discutível se os benefícios da medicina compensam todos os males que a exploração dos dendezaís causa à população (...) o trabalho compulsório costuma ser pesado demais (...) O tempo dedicado à coleta e ao transporte dos frutos costuma ser excessivo, e a contribuição de mulheres e crianças geralmente exige esforços maiores do que a sua força física”*. A taxa de mortalidade anual no entorno da Huileries du Congo Belge, de Leverhulme, era de 10%, um nível considerado “assassino”. (3)

Além disso, os empregos fornecidos pela empresa eram, na realidade, trabalho forçado. Em uma carta de 1925, um comissário distrital de Basoko escreveu ao governador da província, sobre a situação trabalhista nas empresas de Leverhulme:

“Por muitos anos, o recrutamento de trabalhadores para a HCB foi tão impopular entre os nativos que a pressão moral exercida pelos administradores territoriais tem pouco efeito (...) Todo o distrito de Aruwini

é rico, e um trabalhador que colete produtos naturais da floresta (dendê, principalmente) pode ganhar a vida tranquilamente e obter recursos que não lhe estarão disponíveis através do trabalho na indústria ou no comércio (...) A única maneira de efetuar uma transição fácil entre o trabalho [forçado] e o trabalho assalariado livre seria pagar ao trabalhador um salário pelo menos igual ao que ele poderia ganhar sem sair de seu vilarejo nem mudar seus hábitos. A única empresa estabelecida no distrito [a HCB] oferece aos seus trabalhadores um salário que de forma alguma compensa seus sacrifícios.” (4)

No que diz respeito aos dendezaís, quem passou um mínimo de tempo na região sabe que eles foram criados por mão de obra e pelos cuidados das comunidades locais. O agrônomo e missionário belga Hyacinthe Vanderyst, que passou anos estudando os dendezaís do Congo, publicou um artigo na revista belga *Congo* em 1925, no qual escreveu:

“Todas as observações, as pesquisas e os estudos que eu mesmo realizei confirmam da maneira mais certa e absoluta o argumento defendido pelos nativos (...) Por outro lado, ninguém até agora tentou provar abertamente que os dendezaís são formações naturais. Isso não passa de uma afirmação, totalmente desprovida de argumentos que a embasem (...) Os nativos dizem ser donos dos dendezaís e, talvez, das matas secundárias, e isso por vários motivos: por terem sido os ocupantes originais do país em termos de assentamentos estáveis, caça, pesca e coleta de produtos naturais, por serem agricultores que abriram e exploraram as savanas, transformadas em florestas e depois em dendezaís, por serem criadores de dendezaís graças à sua ação direta e sua intervenção deliberada, que envolveu a introdução do dendê no país. (...) Por que razões o Estado nega esses fundamentos ou se recusa a levá-los em conta?”

A seguir, Vanderyst alertava seu público belga: *“A questão dos dendezaís, se não for resolvida de acordo com os costumes nativos, permanecerá aberta para sempre, devido à sua grande importância”.* (5)

Leverhulme e as autoridades coloniais belgas ignoraram seu conselho. Alguns anos depois, os dois lados avançaram com planos para demarcar mais claramente as terras da HCB e cercar as populações locais em suas aldeias. Um diretor da HCB descreveu o arranjo em uma carta ao governador da Província de Equateur, em 1928, da seguinte forma:

“Eles [os nativos] serão proibidos de fazer com que suas aldeias e seus campos cultivados cresçam além dos limites definidos, e de coletar frutos de dendê em nossas terras sem sofrer as consequências. (...) não lhes permitiremos retirar dendê que cresça em nossas concessões, simplesmente para vendê-lo a outros comerciantes. E se praticarem atos de violência contra nossos trabalhadores ou contra nossos representantes europeus, como já ameaçaram fazer, invocaremos a proteção do Estado garantida pelo artigo 18 de nossa Convenção”. (6)

A “rebelião Pende”, de 1931, em referência ao Povo Pende que vivia no sudoeste do que hoje é a República Democrática do Congo, foi uma das maiores revoltas ocorridas durante a ocupação colonial belga. Começou no distrito de Kwango, predominantemente nos territórios de Kikwit e Kandale, áreas dominadas pelas plantações de óleo de dendê da HCB e de uma outra empresa chamada Compagnie de Kasáí. Uma das principais razões da rebelião, senão a principal, foi a política brutal da administração colonial na área, que, por falta de mão de obra para as atividades do dendê, enviou soldados às aldeias para recrutar trabalhadores usando a violência. A

mortalidade foi extremamente elevada: de cada 20 trabalhadores recrutados para recolher dendê em Lusanga e arredores – o centro das plantações da HCB na região – dificilmente dez regressavam às suas aldeias. A crise econômica do início da década de 1930 reduziu ainda mais os salários dos trabalhadores e levou os colonizadores a aumentar os impostos, o que piorou a situação geral. Estima-se que 500 moradores das aldeias tenham sido mortos em confrontos com o exército colonial durante a rebelião e centenas morreram em campos onde foram presos em condições brutais. (7)

Da ocupação colonial ao capitalismo financeiro

A empresa de Leverhulme, que mais tarde se transformaria na gigante multinacional anglo-holandesa de alimentos Unilever, acabou convertendo grandes partes de suas concessões em plantações industriais de dendezeiros e parou de comprar frutos oriundos dos dendezeiros locais que ainda existiam. Ao longo de centenas de milhares de hectares em várias partes do Congo, a HCB implementou uma ocupação racista e violenta das terras comunitárias, de acordo com o plano descrito por seu diretor-geral em 1928. Para as comunidades afetadas, pouco mudou em termos de condições de trabalho, acesso a terras e florestas, ou qualidade dos serviços médicos, educacionais e de infraestrutura que a empresa deveria prestar em troca dessa ocupação imposta das terras das comunidades.

Infelizmente, as plantações e concessões da Unilever sobreviveram ao fim do domínio colonial belga sobre o Congo em 1960. As promessas vazias de “desenvolvimento” sob a ocupação colonial foram seguidas pelas mesmas promessas vazias na ditadura de Mobutu, no final dos anos 1960 (quando o novo governo da RDC assumiu uma participação minoritária na empresa e a rebatizou de Plantations et Huileries du Congo-PHC). Elas se repetiram quando a empresa canadense Feronia Inc comprou a PHC da Unilever, em 2009, com mais de 150 milhões de dólares de financiamento de bancos de “desenvolvimento” europeus e norte-americanos, e mais recentemente, quando as operações foram entregues a uma empresa de *private equity* sediada no paraíso fiscal das Ilhas Maurício – dessa vez, com patrocínio de fundos de doações a instituições acadêmicas, gigantes filantrópicos e fundos de pensão. (8)

Em cada um desses ciclos, proprietários e investidores da empresa recorriam a um conjunto de documentos fundiários manipulados para justificar sua ocupação de mais de 100 mil hectares de terras. Ao assumir a PHC entre 2014-2016, o consórcio de bancos de desenvolvimento europeus sabia que os frágeis documentos fundiários da empresa haviam expirado, e a pressionaram para que criasse um novo conjunto manipulado, fragmentando as concessões em centenas de terrenos, sem consultar as comunidades locais e sem sequer passar pelos órgãos decisórios competentes do governo. Os bancos de desenvolvimento, assim como os proprietários que vieram antes deles e que viriam depois, deram as justificativas de sempre para esse roubo de terras comunitárias: escolas, estradas, casas de saúde e bons empregos. Mas hoje, as comunidades e os trabalhadores dentro das concessões da PHC continuam desesperadamente despossuídos e, portanto, pobres, e os novos proprietários da empresa de *private equity* estão mais uma vez prometendo que, em breve, começarão a seguir as leis trabalhistas do país, que, em breve, começarão a pagar o salário mínimo e que, em breve, fornecerão escolas e serviços de saúde.

As comunidades estão cansadas dessas falsas promessas e querem retomar suas terras para produzir seu próprio óleo de dendê e outros produtos, como costumavam fazer há muitas gerações. Mas a violência mantém a empresa no controle. A PHC proibiu os moinhos artesanais de dendê dentro de suas concessões, e os moradores pegos com dendê são rotineiramente espancados, presos, torturados e até assassinados por seguranças e policiais da empresa, que os acusam de “roubar” dendê das discutíveis concessões. (9) Os que tentam melhorar sua situação enfrentam violência semelhante. No início de janeiro deste ano, a polícia chamada pela PHC abriu fogo contra trabalhadores que protestavam contra salários não pagos em seus escritórios em Boteka, ferindo gravemente dois deles. (10)

A resposta da empresa às demandas da comunidade por suas terras é sempre que, se ela sair, não haverá emprego para os habitantes locais, como se não tivesse havido economia antes de Leverhulme entrar em cena. A ex-proprietária canadense da PHC, a Feronia Inc, chegou a argumentar que não poderia devolver as partes ainda florestadas de suas concessões aos habitantes locais por causa do risco de desmatamento!

Esse arremedo de “desenvolvimento” deveria ter sido descartado há muito tempo. As terras que a PHC e suas antecessoras roubaram e têm ocupado por mais de um século são, como os belgas reconheceram, “ricas”, e a população local sabe, melhor do que ninguém, como cuidar e utilizar essas terras e florestas para seu próprio benefício. É hora de acabar com o modelo colonial de concessões e plantações e sua eterna promessa de “desenvolvimento”. Os legítimos interesses das comunidades só podem ser atendidos com a devolução imediata de suas terras. Enquanto isso, as agências estrangeiras que afirmam estar preocupadas com o “desenvolvimento” devem mudar seu foco para responsabilizar a Unilever e outros aproveitadores estrangeiros por esse século passado de violações trabalhistas, apropriação de terras e outros abusos, e impedir que empresas e investidores de seus países cometam mais abusos.

GRAIN, www.grain.org

(1) As informações que constam deste artigo sobre a exploração colonial de Leverhulme no Congo são derivadas do ótimo livro de Jules Marchal, *Lord Leverhulme's Ghosts*, Verso Books, 2008.

(2) Marchal, p. 54

(3) Marchal, p. 60 e p. 89.

(4) Marchal, p. 71

(5) Marchal, p. 58

(6) Marchal, p. 109

(7) Wostyn, W. 2008. De Opstand in de Districten Lac Léopold II en Sankuru (1931-1932). Een vergelijkende analyse met de Pende opstand (1931).

(8) Veja RIAO-RDC, FIAN Bélgica, Entraide et Fraternité, CCFD-Terre Solidaire, FIAN Alemanha, urgewald, Milieudéfense, The Corner House, Global Justice Now!, World Rainforest Movement e GRAIN, “Development Finance as Agro-Colonialism: European Development Bank funding of Feronia-PHC oil palm plantations in the DR Congo”, janeiro de 2021: <https://grain.org/e/6602>;

<https://grain.org/e/6602>; Oakland Institute, “Meet the Investors Behind the PHC Oil Palm Plantations in DRC”, fevereiro de 2022: <https://www.oaklandinstitute.org/meet-investors-behind-phc-oil-palm-plantations-drc>

(9) Vários relatórios e artigos detalhando esses abusos podem ser encontrados no site farmlandgrab.org. Veja:

[https://www.farmlandgrab.org/cat/show/511B 260 - GRAIN_EN-dk.doc](https://www.farmlandgrab.org/cat/show/511B%20-GRAIN_EN-dk.doc)

(10) RIAO-RDC, “Policiers et militaires tirent à balles réelles sur des ouvriers de PHC en grève à la plantation de Boteka,” janeiro de 2022: <https://farmlandgrab.org/30712>

PETAR sem concessão: lutar contra a privatização é uma luta das mulheres

Este texto vem das conversas com mulheres do Vale do Ribeira que tem se dedicado a travar uma luta contra a concessão de um dos mais importantes parques da região. Sua luta é fundamental e junta-se às mais diversas resistências contra a corrente privatizante de criar 'territórios sem gente.' Eles nos lembram que seu território é e está enraizado em suas histórias, vozes e resistências.

Escrevemos este texto a muitas mãos, a partir de conversas e elaborações de mulheres que estão inseridas no território do Vale do Ribeira – entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil – e que tem se dedicado a travar uma luta contra a concessão (1) de um dos mais importantes parques da região, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). O parque, que se localiza nos municípios de Iporanga e Apiaí, é atualmente é administrado pelo governo do Estado de São Paulo e foi colocado em um plano de concessões, junto à outras unidades de conservação, que permite que empresas privadas (nacionais ou internacionais) possam ganhar o direito de explorar comercialmente a parte do território onde estão concentradas as maiores atrações turísticas.

O Vale do Ribeira é a região do Brasil que abriga a maior porção do bioma Mata Atlântica, 70% preservada. Enquanto este bioma foi destruído na maior parte do país por megaempreendimentos e pela especulação imobiliária, na no Vale do Ribeira a relação e a defesa da floresta praticada pelas comunidades da região contribuiu para sua manutenção. A política de conservação pensada para abrigar esta biodiversidade desde o século passado, tem sido uma política ‘sem gente’, que instaurou muitos parques e unidades de conservação que restringem os modos de vida das comunidades (2) do território. Só mais recentemente, através da luta, é que algumas áreas passaram a ser entendidas como áreas chamadas de unidades uso sustentável. Estas unidades são um tipo de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil, que funcionariam sob um regime que tolera a presença das comunidades nos territórios. Isto não se verifica inteiramente na prática, visto que mesmo nestes locais há muitos conflitos entre os modos de vida e as regras das Unidades de Conservação. Via de regra, a forma como a questão ambiental e fundiária são resolvidas no Vale do Ribeira é sempre a partir da expulsão – forçada ou pelo cansaço – das comunidades que nele vivem.

As conquistas no sentido da implementação de mais áreas de uso sustentável – onde pode-se praticar agricultura da forma tradicional, ainda que para isso seja preciso permissão – permitiram a permanência das comunidades no território, mas a real demanda destas sempre foi a regularização fundiária. Ainda que residam no território há séculos, a maior parte das comunidades não tem suas terras demarcadas nem tituladas, o que gera grande insegurança. Os conflitos fundiários, se agravam com as novas políticas de digitalização do ordenamento territorial, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (3) no Brasil. Ou seja, ainda hoje lutam pelo

seu direito a terra, além de ainda estarem travando conflitos com a política ambiental, principalmente nos parques.

Privatizar a concessão por 30 anos: deslocamentos, insegurança e gentrificação

Este é o caso de comunidades quilombolas e caboclas do município de Iporanga que foram sobrepostas pelo Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Ana Ercilia - moradora de Iporanga desde criança, monitora ambiental e envolvida na atual luta contra a concessão do parque para o setor privado - conta que em 1958, na época onde o parque foi instaurado, as pessoas do território acreditavam que este seria um parque de diversões, tamanha a falta de diálogo e transparência do poder público com as comunidades. Depois de algum tempo, vieram a entender o verdadeiro tipo de parque que tinha chegado ao território, já através das restrições no acesso a serviços como luz elétrica, e quando as pessoas começaram a ser impedidas de reformarem e fazerem obras em suas próprias casas e quintais. Desde então se iniciou uma luta pelo recuo da área do PETAR do Bairro da Serra, local que foi 'cortado ao meio' quando o parque foi estabelecido, sendo que grande parte do território do bairro ficou dentro do parque. O bairro da Serra abriga tanto comunidades tradicionais quanto moradores antigos de Iporanga, e abriga um patrimônio histórico e cultural importante do Vale do Ribeira. A luta dos moradores, através de sua associação, garantiu um acordo que recuou o limite do parque, de forma que as moradias das pessoas ficassem fora da zona de restrições. No entanto, as áreas de roça continuaram dentro da área da unidade de conservação, o que restringiu muito os modos de vida e fez com que o trabalho com turismo virasse a única fonte de renda das famílias.

O afastamento ocorreu, mas a regularização fundiária da comunidade do Bairro da Serra, não. Hoje, diversas famílias foram deslocadas pelo parque para este bairro, que fica na zona de amortecimento - a área que circunda o parque - do PETAR, mas o deslocamento não foi acompanhado do título da terra. As famílias possuem apenas um direito de permanência provisória, o que não garante que o parque pode querer reassentá-las quando decidirem. (4) Essa situação é particularmente difícil para as mulheres, que tem seu trabalho concentrado em seus próprios quintais e tem a maior parte do seu sustento tirado deste mesmo lugar e das diversas iniciativas de negócios locais.

Atualmente, as comunidades enfrentam uma nova ofensiva sobre o território. O governo do Estado de São Paulo, a partir de sua política privatista, abriu uma chamada internacional para concessão de uma área do parque - onde estão concentrados os principais atrativos turísticos - por um período de 30 anos. A abertura da concessão se deu do meio para o fim do 2021, já em meio a pandemia, e sem consulta pública alguma. Desde então, tem se iniciado um movimento amplo de resistência contra a concessão do parque.

A luta contra a concessão está organizada envolvendo moradores, povos e comunidades, pesquisadores, militantes e apoiadores no geral. As mulheres formam boa parte desta resistência, e a partir da sua auto-organização, demonstram que são impactadas de forma singular quando o governo escolhe fortalecer parcerias público-privadas desta maneira. A questão da regularização

fundiária, por exemplo, está sendo completamente ignorada neste processo. Que uma empresa privada possa ser literalmente dona do território por 30 anos e que as famílias e, em especial as mulheres, continuem na insegurança de não serem donas de suas terras é uma aberração, que demonstra claramente que a preocupação do estado com esta concessão não é a de promover melhoria na qualidade de vida das comunidades, como se alega.

Ainda que o parque tenha sido imposto às comunidades nos anos 1950, elas foram se apropriando dele ao longo do tempo, da forma como puderam. Uma das principais fontes de renda que os moradores possuem hoje, a partir da intensa restrição nos modos de vida, é aquela que provém do turismo de base comunitária organizado de forma autônoma, no trabalho como monitores ambientais. Hoje, existem 250 monitores registrados no PETAR e quem o visita usualmente contrata estes monitores, sendo obrigatório no caso de visita às cavernas. Eles são moradores das comunidades, e além de apresentar as atrações do parque contam a história do Vale do Ribeira e das comunidades onde vivem. A organização da monitoria como um trabalho remunerado fez parte das negociações entre governo do estado e comunidades como uma alternativa de renda frente às restrições no uso do território e práticas costumeiras que passaram a ser crimes ambientais. Uma das liberações que o edital da privatização propõe é que os turistas possam fazer passeios autoguiados dentro do parque, o que dificultaria ainda mais a possibilidade dos monitores ambientais obterem renda, pois deixariam de ser indispensáveis para o turismo.

Com a concessão, o protagonismo no campo do turismo deixa de ser das comunidades – especialmente das mulheres, que gerenciam os diversos pequenos negócios no entorno do parque – e passa a ser da empresa concessionária. O plano de concessão envolve, por exemplo, aumentar em muito a visitação anual do parque, criar trilhas para veículos e divulgar novos atrativos. As mulheres em luta contra a concessão argumentam que, com estas iniciativas, o governo quer impor outro tipo de turismo no território: no lugar de pessoas interessadas em conhecer as comunidades através dos guias locais, que também são fonte de conhecimentos dos modos de vida local, se constrói um turismo organizado por empresas, que deve priorizar a contratação de guias bilíngues, por exemplo, e não a comunidade local.

Neste pacote de turismo se desmonta “o fluxo do ganha pão”, que foi um tipo de economia construída pela comunidade ao longo do tempo, e estas viram mais uma atração turística. Esta nova tendência extremamente colonialista tem se agravado no governo neoliberal do estado de São Paulo, que está implementando um programa de desenvolvimento chamado “Vale do Futuro”. Outras comunidades, além das que ficam no entorno do PETAR, tem sido classificadas como atrações turísticas por este programa, inclusive com a colocação de placas de trânsito sinalizando-as pelas estradas, sem que houvesse nenhuma consulta ou diálogo com as comunidades sobre isso. Assim, a comunidade fica estrangeira de seu próprio território. A gentrificação, que deve ocorrer por exemplo através da construção de hotéis e aumento do valor do ingresso – ações previstas no processo de concessão – deve fazer com que até o acesso das pessoas das comunidades ao parque, que é um lugar onde a comunidade conhece e desfruta, fique impossível.

O efeito previsto disso é que, ao contrário da valorização da comunidade e da construção de alternativas econômicas, elas sejam cada vez mais empurradas para fora do território e se vejam obrigadas a migrar para as periferias das grandes cidades do entorno, tendência que já podemos

perceber, principalmente dentre os jovens, que não tem permanecido no território. Além disso, para aquelas que ficam, permanece uma preocupação sobre o aumento da violência sexual e da objetificação dos corpos das mulheres com o aumento expressivo de homens vindo de fora. A concessão do parque também não tem como contrapartida nenhuma melhoria nas políticas públicas que atendem a comunidade. Como a concessão, se ocorrer, durará 30 anos, as mulheres têm uma preocupação especial com seus filhos ainda pequenos, que passarão infância, adolescência e vida adulta neste território privatizado.

Esta privatização está se dando ao mesmo tempo que o projeto “Vale do Futuro” avança no Vale do Ribeira, o que também levanta dúvidas sobre como a forma de exploração do território pode se dar. A principal frente deste projeto de desenvolvimento tem sido a abertura da região para a mineração, enquanto toda a região de Iporanga, inclusive a área do PETAR, já foi explorada pela mineração em outros momentos. Como o processo de concessão prevê uso e exploração do território, isso levanta a suspeita de que a exploração minerária possa retornar em alguns pontos do território, inclusive dentro do PETAR, afinal, como as mulheres afirmam, nestes projetos “tudo está conectado e amarrado”.

No âmbito legal, todo este processo tem sido conduzido a partir de aprovações na calada da noite, sem nenhuma participação das comunidades diretamente afetadas, inclusive com o Estado fazendo uso de documentos de outras reuniões (atas, fotos), alegando que foram reuniões sobre a concessão, onde a comunidade teria sido consultada. Devido a pandemia, o cuidado sanitário vira um alibi para a não realização de grandes consultas públicas. O que tem acontecido na prática é que as audiências são propositalmente esvaziadas, já que são propostas no formato online ou presencialmente na capital do estado, em um contexto em que os moradores não têm nem acesso a internet nem recursos para fazer viagens. As ações previstas no edital, a serem desenvolvidas pela empresa que ganha a concessão, prevêm atividades que vão contra o Plano de Manejo do parque, o que escancara o racismo ambiental envolvido na privatização: se for para as empresas desenvolverem seus negócios, os estudos de impacto ambiental não precisam ser levados em consideração. Apesar disso, esta forma de conduzir a concessão, que desrespeita o direito das comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada (Convenção 169 da OIT) tem sido compreendida por parte do judiciário como válida, o que tem dado celeridade ao processo mesmo com estas irregularidades.

Em uma ofensiva ainda maior do que o governo estadual de João Dória em São Paulo o governo federal de Jair Bolsonaro lançou em 07 de fevereiro de 2022 um decreto de concessão/privatização de cinco Unidades de Conservação. Uma delas, o Parque Nacional da Serra da Canastra foi criado durante a ditadura militar e se sobrepõe a áreas de 1,5 mil famílias de produtores rurais, incluindo 43 comunidades e 550 famílias tradicionais, reconhecidas como *Canastreiros*.

As mulheres se auto-organizam e resistem

Quando ninguém é ouvido, muito menos as mulheres. Se os espaços de participação são escassos, eles costumam ser destinados apenas à algumas lideranças – no geral, homens – que, até mesmo pela estrutura patriarcal das próprias comunidades, não levam as percepções, argumentos e preocupações das mulheres para o debate público. Isto, aliado ao desrespeito que o Estado tem

tratado a questão da participação, fez com que as mulheres se unissem em um coletivo próprio onde organizam a luta contra a concessão a partir de sua auto-organização. Além de engrossar a resistência a partir de uma pluralidade de vozes, os espaços auto-organizados de mulheres também tem sido importantes como forma de autocuidado contra o assédio que o Estado tem promovido durante o processo, que tem gerado inclusive adoecimento mental e emocional dentre as comunidades.

O que fica evidente é que as formas de conservação ‘sem gente’, que tem sido adotadas como modelo e ditado a política ambiental de muitos países, inclusive o Brasil, a décadas, se mostra muito eficiente para o capital neste atual período histórico de expansão das suas fronteiras. Criando territórios sem pessoas também se criam territórios sem resistência, onde projetos privatizadores como é o exemplo da concessão do PETAR possam se desenvolver sem entraves. Acreditamos que a luta contra a concessão neste caso será vitoriosa porque as comunidades de Iporanga nunca aceitaram o fato de não serem donas do seu próprio território, e com o tempo, já que a imposição do parque era uma realidade que não conseguiam mudar, foram se tornando cada vez mais donas dele, se apropriando dos meios de viver e criar naquele ambiente, no entanto, sempre expondo e travando lutas sobre os conflitos ainda latentes, como a falta de titulação das terras.

Não é por acaso que o Estado planeja, no plano de concessão, fechar um dos acessos do parque pelo município de Iporanga, ainda que esta entrada facilite muito a visitação de uma das cavernas de maior destaque do parque. Esta é uma tentativa de excluir as comunidades mais resistentes, inviabilizando tanto o acesso delas mesmas ao parque quanto o seu trabalho como monitores ambientais. Isto nos lembra que a história do Vale do Ribeira tem sido a história do apagamento dos caminhos feitos pelas comunidades tradicionais, e a construção de caminhos que privilegiam o fluxo do capital, tendo a BR 116 – grande rodovia, responsável por boa parte do fluxo de mercadorias da região sudeste, que corta boa parte dos municípios do Vale do Ribeira pelo meio - como um ícone disso.

O que sabemos é que os caminhos antigos na realidade nunca deixam de ser utilizados, e que os antigos têm uma preocupação especial em lembrar aos mais novos por onde estes caminhos passam, onde eles estão, e aonde desembocam. Se o projeto de privatização pretende tirar as comunidades de seu território a partir da rearquitetura dos caminhos, é porque não contam com a capacidade de resistência e invenção dos povos que os traçaram.

Natália Lobo e Miriam Nobre – SOF, Marcha Mundial das Mulheres Brasil

Jéssica Cristina Pires – Caiçara, quilombola, técnica em agroecologia, representante das comunidades de Iporanga, Coletivo de Mulheres do PETAR, Movimento Petar sem Concessão

Paula Daniel Fogaça - Bióloga, Mestre em Sustentabilidade

(1) Para apoiar a luta das mulheres organizadas contra a privatização do PETAR e acompanhar este movimento, acesse e assine a petição online: <https://www.petarsemconcessao.minhasampa.org.br/>

(2) O Vale do Ribeira abriga uma variedade de comunidades e povos tradicionais, como os indígenas Guarani Mbyá e Guarani Nandeva, comunidades quilombolas, caiçaras e caboclos.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(3) O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta criada pelo novo código florestal no Brasil que consiste em um cadastro digital georreferenciado de todo o território rural do país. Este instrumento, que deveria servir para orientar a implementação das políticas ambientais, tem sido usado como documento que justifica o que tem sido chamado de grilagem digital de terras em muitos países do Sul Global. Para saber mais: <https://grain.org/en/article/6650-infograficos-cercas-digitais-a-grilagem-tecnologica-da-terra>

(4) Para mais informações sobre a história do Bairro da Serra e a relação das comunidades tradicionais de Iporanga com o PETAR, ver “Florestas e lutas por reconhecimento: território, identidades e direitos na Mata Atlântica brasileira” de Pedro Castelo Branco Silveira. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/26092/17361>

O modelo de concessão no Sudeste Asiático: fechando o círculo?

Os movimentos coloniais e anticoloniais influenciaram profundamente a definição dos padrões e impactos das concessões no Sudeste Asiático. Em alguns casos, as comunidades perderam suas terras por meio de apropriações disfarçadas de concessões. Em outros, as concessões fazem parte de uma reconcentração da propriedade da terra. Em ambos, o modelo de concessão se encaixa bem nas ideologias de modernização.

Uma plantação é uma máquina que reúne terra, trabalho e capital em grandes quantidades com o objetivo de produzir monoculturas para um mercado mundial. É intrinsecamente colonial, baseada no pressuposto de que as pessoas da região são incapazes de produzir com eficiência. Assume o controle da vida: espaço, tempo, flora, fauna, água, produtos químicos, pessoas. É de propriedade de uma grande empresa e administrada segundo linhas burocráticas.

Tania Li, *Plantation Life*, Duke University Press, 2021

As lutas pela terra cumpriram um papel importante nos movimentos anticoloniais de meados do século XX no Sudeste Asiático. Em alguns casos (por exemplo, no norte do Vietnã), os alvos eram principalmente proprietários locais que se beneficiavam de sua associação com o regime colonial. Eles tinham propriedades de uns poucos hectares, no máximo. Em outros lugares, no entanto, foram os proprietários de plantações muito maiores (franceses na Indochina, holandeses na Indonésia, britânicos na Birmânia e na Malásia, e estadunidenses nas Filipinas) que se tornaram alvo do ímpeto independentista, e sua associação com a desigualdade acentuada levou os movimentos de independência para a esquerda.

Diante desse histórico, há claras ironias na retomada do modelo de concessões no século XXI, principalmente porque países com histórico de reformas agrárias socialistas parecem ter aplicado o modelo com especial entusiasmo. Pequenos agricultores no Camboja, no Laos, em Mianmar e no Vietnã vivenciaram expropriação de terras por meio de apropriações disfarçadas de concessões. Em países como Filipinas, Indonésia e Tailândia, que decretaram reformas redistributivas preventivas para compensar a agitação rural, as concessões fazem parte de uma reconcentração da propriedade da terra. Isso levanta questões sobre as razões para essa volta do modelo de latifúndio em grande escala e seus impactos sobre os pequenos proprietários e as florestas da região.

Essencialmente, o modelo de concessão envolve uma agência do governo que dá a uma empresa comercial o direito de extrair recursos em grande escala e/ou usar a terra para cultivos perenes ou anuais, geralmente na forma de arrendamentos de longo prazo. As concessões incluem não

apenas plantações agrícolas, mas também outras atividades como silvicultura (florestamento e plantações de árvores de rápido crescimento), mineração, pedreiras, energia hidrelétrica, turismo e desenvolvimento industrial – este último muitas vezes nas chamadas zonas econômicas especiais, que têm leis trabalhistas e ambientais diferentes das do resto do país em questão. Muitas concessões no Sudeste Asiático, mas longe de serem todas, são para empresas de países vizinhos. Na parte continental dessa região, os governos dos países menos industrializados – Camboja, Laos e Mianmar – celebraram contratos de concessão principalmente com empresas da China, da Tailândia e do Vietnã. Empresas de Cingapura e da Malásia investem no dendê indonésio.

São muitas as consequências sociais e ambientais do modelo de concessões. A terra que é concedida para monoculturas muitas vezes faz parte de sistemas agrícolas extensivos, às margens de planaltos, em terras que costumavam ser cultivadas em sistema de cultivo itinerante por minorias étnicas. As áreas em pousio dentro desses sistemas são classificadas como “terras devastadas” pelas autoridades. As concessões também estão implicadas no desmatamento generalizado, em uma região onde a perda ou a degradação florestal foram mais rápidas do que em qualquer outra parte do mundo.

Existe uma ligação estreita entre as concessões florestais e as concessões de terras. Na Tailândia, até 1989, grande parte das terras florestais do país fora dos parques nacionais e santuários de vida selvagem eram dadas como concessões madeireiras. Naquele ano, a preocupação com os impactos ambientais e humanos da exploração madeireira levou ao cancelamento dessas concessões, muitas das quais abriram áreas florestais para infraestrutura rodoviária e trouxeram mão de obra que resultou no desmatamento de áreas que haviam sido derrubadas por pequenos proprietários. Após o cancelamento das concessões madeireiras, o Real Departamento Florestal deu concessões a grandes investidores para o plantio de culturas arbóreas, incluindo eucalipto e seringueira, em nome do reflorestamento. O polêmico Plano de Ação de Florestas Tropicais (TFAP) do Banco Mundial, de final da década de 1980, estava implicado nessa política de concessões. O resultado foi anos de conflito entre essas plantações e os pequenos proprietários, principalmente pobres, cujas terras não tituladas foram confiscadas, alguns dos quais não tiveram outra opção a não ser desmatar ainda mais para sobreviver. Entre eles, estavam as etnias lao e khmer, no nordeste da Tailândia, e grupos indígenas das terras altas, como os karen, ao norte. No Camboja, o cancelamento das concessões madeireiras na década de 1990 foi seguido pela concessão de terras para fins econômicos, que em princípio seriam usadas para cultivo comercial. Na verdade, grandes extensões de terra foram desmatadas para criar essas fazendas, mas elas nunca foram plantadas, pois o lucro principal estava na madeira e não nas plantações em terras muitas vezes marginais. Um processo semelhante ocorreu em Kalimantan, na Indonésia.

No Camboja, que perdeu mais de um quarto de suas florestas desde 2000, estudos sugerem que uma combinação de concessões florestais e de terras para atividades econômicas é responsável por 30% do desmatamento ocorrido no mesmo período. Além disso, outra parte significativa é o desmatamento feito por aqueles que foram deslocados pela concentração de terras nas mãos de atores econômicos maiores. Na província de Ratanakiri, no nordeste do país, a paisagem outrora florestada foi essencialmente transformada em apenas duas décadas, pois as terras indígenas

foram perdidas para as concessionárias que cultivavam árvores, como seringueira e cajueiro. Muitos membros da etnia khmer que ficaram sem terras se mudaram das terras baixas para cultivar plantações em pequenas propriedades que foram escavadas em áreas antes florestadas ou que faziam parte de ciclos de pousio de indígenas que praticavam o cultivo itinerante.

Por que os governos dessa região, que chegaram ao poder em parte com base em reivindicações de terras contra regimes anteriores, estavam tão dispostos e capazes de empregar o modelo de concessão, desapropriando seus próprios cidadãos? Para responder a essa pergunta, é necessário examinar os legados dos sistemas socialistas, a ideologia desenvolvimentista, as estruturas político-econômicas e os padrões transnacionais de investimento.

À medida que adotaram a produção voltada ao mercado, os países que historicamente aplicaram os modelos e princípios socialistas de posse da terra mantiveram o controle estatal sobre grandes partes dos territórios nacionais. Vietnã, Laos e Camboja experimentaram uma combinação de coletivização e agricultura, silvicultura e extração de madeira sob controle do Estado. Na década de 1980, as reformas voltadas ao mercado levaram à retomada da pequena agricultura, mas grandes áreas foram reservadas sob a gestão do Estado. Isso facilitou a concessão de arrendamentos de longo prazo a investidores nacionais ou estrangeiros sobre áreas de milhares de hectares. Em Mianmar, a organização socialista da agricultura foi implementada principalmente por meio de políticas de compras estatais, em vez de controle estatal direto ou coletivo, mas dentro desse sistema, os agricultores eram informados sobre quais culturas plantar e obrigados a entregá-las a preços abaixo do mercado. À medida que o país se abriu economicamente a partir da década de 1990, os militares se juntaram a indivíduos ricos no que muitas vezes é chamado de apropriação de terras entre compadres, com base na continuidade da propriedade estatal segundo a constituição do país e na aplicação do modelo de concessões.

A economia política de cada país molda os caminhos e padrões das concessões. No Camboja, o partido no poder conquistou e se apropriou do poder político por meio do clientelismo, no qual têm se destacado as concessões sobre os recursos florestais e terrestres do país. Muitas dessas concessões, portanto, estão nas mãos de poderosos atores domésticos, mas investidores vietnamitas, tailandeses e chineses também receberam grandes concessões para cana de açúcar, seringueiras e outras culturas, bem como para o turismo e atividades industriais.

O modelo de concessão se encaixa bem nas ideologias de modernização, principalmente na era neoliberal globalizada em que políticas como a “transformação da terra em capital” do governo do Laos deveriam catalisar um movimento de “retrocesso” para práticas agrícolas modernas. Por trás dessa ideologia, no entanto, estão muitas suposições altamente questionáveis, incluindo a eficiência relativa de propriedades maiores em comparação com as plantações das mesmas culturas por pequenos proprietários; dos benefícios que a agricultura lucrativa liderada por investidores deve trazer para o bem-estar rural; e a restauração de terras supostamente degradadas por meio do modelo de concessões. O que não deixa dúvidas é que o modelo atende aos interesses de investidores empresariais e de funcionários públicos envolvidos na outorga de concessões. Isso ocorreu à custa não apenas da cobertura florestal remanescente do Sudeste

Asiático, mas também dos pequenos proprietários da região, cujo deslocamento e rupturas de meios de subsistência terão impactos duradouros.

Philip Hirsch,
Professor Emérito de Geografia Humana, Universidade de Sydney

Concessões para conservação como neocolonização: A Rede de Parques Africanos

Atualmente, a indústria da conservação está promovendo a ideia de “comprar” Concessões de Conservação e reconstituí-las como modelos de negócios com fins lucrativos. Um caso em questão é a “African Parks network” (Rede de Parques Africanos), que administra 19 Parques Nacionais e Áreas Protegidas em 11 países da África.

As concessões para os chamados fins de conservação (parques nacionais, áreas protegidas, reservas naturais, etc.) têm as suas raízes nas ideias e visões que sustentaram a colonização europeia. O conceito de Áreas Protegidas surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, baseado no desejo de preservar áreas “intactas” de “natureza selvagem” sem presença humana, principalmente para a caça de elite e o desfrute da beleza cênica. Os habitantes dos parques nacionais Yellowstone e Yosemite foram retirados à força e estes parques acabaram constituindo um modelo para “fazer conservação” que se mantém até os dias atuais. Durante esse mesmo período, os colonizadores europeus declararam grandes extensões dos territórios ocupados na África como “reservas de caça”, após a expulsão das populações dessas áreas. Muitas vezes, essas reservas foram criadas depois que os caçadores colonialistas já haviam exterminado grande parte da população de animais selvagens, em um esforço pela restauração dessas populações para que pudessem continuar a “caça de grandes animais”.

No entanto, a retirada dos colonizadores europeus da África não gerou o restabelecimento da posse consuetudinária da terra. Muitos Estados recém-formados deram continuidade às políticas dos colonizadores sobre uso da terra e conservação, o que demonstra como as normas e os sistemas de conhecimento coloniais se institucionalizaram profundamente. Os processos de colonização sempre foram acompanhados pela ideia de que a “natureza” está separada dos humanos e a “civilização” é melhor do que a “natureza selvagem”, imprevisível e improdutiva. Assim, a ideia de criar espaços de “natureza sem seres humanos” está enraizada no pensamento racista e colonial, segundo o qual apenas os homens brancos “civilizados” seriam capazes de proteger e manejar essa “natureza”. Eles, e somente eles, poderiam entrar nela, que, fora isso, estaria “livre de pessoas”.

E podemos observar que essa ideia persiste até hoje em muitos lugares. O turismo de safári, por exemplo, é simplesmente uma continuação dessa tradição. Turistas ricos (predominantemente brancos) estão pagando grandes somas em dinheiro para ficar em hotéis de luxo e ter permissão para apontar – suas armas ou suas câmeras – aos animais, como troféus. Enquanto isso, as populações que caçam para subsistência dentro de seus territórios transformados em parques são rotuladas de caçadoras ilegais, e criminalizadas. Esse turismo depende de certas construções sobre o significado de “África” para aqueles que participam dos safáris, o que revela a própria mentalidade colonial que criou essas reservas. É por isso que as áreas protegidas são, mais do que qualquer outra coisa, paisagens “livres de pessoas”. As pessoas raramente são retratadas como

parte intrínseca da natureza e, se o são, é na condição de intrusos ou “caçadoras ilegais”, parte das paisagens turísticas, para comprar artesanato ou assistir a danças, ou ainda como guias ou ecoguardas que trabalham para empresas ou ONGs estrangeiras.

A maioria das ONGs internacionais de conservação contribuiu para essa representação dos Povos Indígenas como invasores em seus próprios territórios. Essa narrativa direcionou o seu foco convenientemente à luta contra as pessoas que usam a floresta para sua própria subsistência, e não aos padrões de consumo e interesses econômicos dos apoiadores e financiadores dessas ONGs.

O Parque Nacional do Serengeti, na Tanzânia, por exemplo, é sem dúvida o símbolo mais conhecido da “natureza selvagem da África”. No entanto, a propaganda turística do Parque praticamente não menciona como ele foi criado: expulsando os indígenas Maasai de seus territórios ancestrais durante a época colonial. E essa situação continua até hoje. (1)

Em uma entrevista de 2021, Mordecai Ogada, coautor do livro *The Big Conservation Lie* (A grande mentira da conservação), explica que os espaços geográficos das Áreas Protegidas costumam funcionar como colônias, com a diferença de que não estão mais sob a gestão de um império, e sim de uma rede de elites com claros interesses econômicos e políticos. (2) Essas elites, explica ele, são os colonizadores no que diz respeito às concessões de conservação. Elas entram nesses acordos com grandes somas de dinheiro e geralmente influenciam qualquer política nacional que possa impactar seus interesses e as áreas manejadas por eles. O poder dessas redes de colonizadores é tanto físico – reforçando seu domínio e controle concretos – quanto político – tendo aliados nos lugares certos administrando os principais cargos governamentais e de financiamento, explicou Ogada. Além disso, quaisquer conflitos que possam surgir são facilmente descartados como não sendo de sua responsabilidade; isso é feito colocando o ônus sobre a “condição soberana” dos governos nacionais. Essas redes respondem aos doadores, à indústria do turismo e aos próprios turistas, todos baseados principalmente no Norte global. E perduram com base em imagens de paisagens pacíficas, que em sua imaginação são paisagens sem gente.

Essas redes também envolvem empresários poderosos com interesse em financiar a conservação para compensar suas emissões ou fazer lavagem em suas atividades sujas e destrutivas. Entre os exemplos recentes, estão o CEO da empresa de comércio eletrônico Amazon, Jeff Bezos, e seu “Earth Fund” de dez bilhões de dólares, com algumas das maiores ONGs de conservação recebendo 100 milhões cada uma, em uma primeira rodada de pagamentos, (3) e as doações do bilionário suíço Hansjörg Wyss ao chamado esquema “30x30”, (4) que visa transformar 30% do planeta em Áreas Protegidas até 2030.

Atualmente, a indústria da conservação está promovendo a ideia de “comprar” concessões de conservação (Áreas Protegidas ou Parques) e reconstituí-las como modelos de negócios com fins lucrativos. Um caso em questão é a “African Parks Network” (APN - Rede de Parques Africanos), que administra 19 Parques Nacionais e Áreas Protegidas em 11 países da África.

A Rede de Parques Africanos: terceirização de Áreas Protegidas a empresas privadas

A “African Parks Network” (APN) foi fundada pelo bilionário magnata holandês Paul Fentener van Vlissingen, em 2000. O nome original era African Parks Foundation. Fentener vem de uma das dinastias industriais mais ricas da Holanda e foi CEO do conglomerado de energia SHV Holdings, que fez negócios com o regime do apartheid, na África do Sul. Ele supostamente teve a ideia de criar “Parques Africanos” após um jantar oferecido por Nelson Mandela na presença da Rainha Beatriz, da Holanda, no qual foi discutido o futuro dos parques nacionais na África do Sul. Para o bilionário, era uma oportunidade perfeita de recuperar sua imagem, manchada por suas atividades durante o regime do apartheid. Inicialmente criada como uma empresa comercial, a “African Parks” trocou esse status pelo de ONG em 2005, a fim de atrair doadores e financiamento para conservação com mais facilidade. (5)

O modelo de negócios da APN é baseado em uma estratégia de Parceria Público-Privada (PPP) para o manejo de Áreas Protegidas, em que a APN mantém total responsabilidade e controle da execução de todas as funções de gestão, e presta contas ao governo. A APN emprega uma abordagem de mercado à conservação da vida selvagem, que supostamente poderia pagar por sua conservação, se houver “boa gestão”. Ela se apresenta como uma “solução africana para os desafios de conservação da África”. (6) No entanto, por trás da fachada da APN está um grande grupo de governos do Norte e do Sul, instituições multilaterais, organizações internacionais de conservação, fundações familiares e indivíduos milionários que financiam seus negócios de conservação.

Desde 2017, o presidente da empresa é o príncipe Henry de Gales, também conhecido como príncipe Harry, membro da família real britânica, que ajudou na obtenção de financiamento e parceiros.

A APN controla uma área total de 14,7 milhões de hectares na África, cerca de metade do tamanho da Itália, e pretende se expandir ainda mais para administrar “30 parques em 11 biomas até 2030, garantindo que 30 milhões de hectares tenham boa gestão, e contribuindo à visão mais ampla sobre ter 30% das paisagens únicas da África protegidas para sempre”. Além disso, sua previsão para 2030 afirma que “outras dez áreas protegidas abrangendo mais cinco milhões de hectares serão administradas por parceiros selecionados por meio de nosso recém-criado “Programa de Incubadora”. Esses objetivos são ambiciosos e contribuirão significativamente com a meta global de proteger 30% da Terra, para manter o planeta prosperando”. (7)

A Rede também indica seu interesse em vender créditos de carbono como fonte de renda extra. Embora esses créditos basicamente facilitem mais poluição e queima de combustíveis fósseis, o site da APN afirma que seu modelo de conservação “representa uma solução para as mudanças climáticas que seja integrada e baseada na natureza (...). Garantimos o carbono capturado nas plantas e no solo em locais com alto valor de biodiversidade”. (8)

No entanto, as experiências concretas revelam como essa chamada “parceria” público-privada está, na verdade, reforçando e recriando relações de poder opressivas.

Um estudo acadêmico de 2016 sobre a **Reserva da Vida Selvagem Majete, no Malawi**, é um exemplo disso. (9) Ela foi o primeiro parque a ser administrado pela APN, a partir de 2003, em uma concessão de 25 anos, na qual a APN deve envolver os membros das comunidades na gestão da reserva, inclusive consultá-los em questões que exijam decisões importantes, como trazer novos animais para a área e permitir que esses membros acessem e usem alguns dos recursos da reserva, como grama, peixes e juncos.

Embora exista uma parceria formal e jurídica entre o governo do Malawi e a APN sobre a partilha dos rendimentos, não há acordo formal ou claro entre as comunidades locais e a APN sobre como os benefícios serão distribuídos. Os benefícios para as comunidades são apenas indiretos, por exemplo, atividades como venda de alimentos e apresentações de dança para um público turístico. A APN afirma que, além de acessar fisicamente os recursos da reserva de caça, as comunidades se beneficiarão da conservação da vida selvagem por meio de empregos, atividades geradoras de renda nas quais estão envolvidas e iniciativas da APN no campo da responsabilidade corporativa. No entanto, de acordo com a pesquisa, as comunidades raramente têm permissão para pescar ou colher mel ou junco na reserva de caça. Em vez disso, elas podem colher apenas grama em épocas específicas do ano, com a administração do Parque argumentando que elas devem proteger e conservar essas áreas e que essa colheita perturba os animais.

Uma mulher entrevistada para a pesquisa teria dito: “Nós perdemos o controle sobre nossos meios de subsistência, mas também não podemos ser contratados pela APN. Somos impedidos de acessar os recursos de que precisamos para nossa subsistência cotidiana, como peixes, cogumelos e mel”.

A pesquisa também destaca como a APN usou a população local, de forma enganosa, para atingir seus próprios objetivos, mas não beneficia essa comunidade como um todo. Por exemplo, usou um acordo vago com os chefes locais (que foram levados para um passeio em outros parques nacionais) como justificativa para impor uma ampliação da reserva da vida selvagem a terras ancestrais que estavam sendo cultivadas pelas comunidades. Isso deixou os membros da comunidade não apenas sem voz, mas também divididos. Essa situação foi agravada ainda mais pela tática da APN de coagir as famílias, e as mulheres em particular, oferecendo-se para pagar as taxas escolares de seus filhos.

Entrevistas com chefes locais e lideranças de organizações comunitárias também revelaram que, embora informados sobre os novos acontecimentos dentro da reserva, eles não têm poderes para se opor às decisões de gestão da APN. Consequentemente, são forçados a se alinhar à administração da APN por medo de comprometer seu relacionamento com a organização.

O Parque Nacional Odzala-Kokoua, na República do Congo, é outro caso que merece destaque. Criado em 1935, quando o país era colônia francesa, o parque se apropriou da maior área florestal

da região com 1,35 milhão de hectares. Desde 2010, a gestão desse “nirvana para os amantes da natureza”, como a APN o descreve, está inteiramente nas mãos da Rede por um período de 25 anos. Os parceiros do Parque incluem grupos de conservação, como o WWF, e a União Europeia.

A APN fez parceria com a Congo Conservation Company (CCC), uma empresa criada e financiada por um filantropo alemão, para realizar atividades de negócios turísticos no Parque Nacional Odzala-Kokoua. Isso inclui três pousadas de alto padrão, a qual os turistas podem acessar por meio de voos charter que partem da capital congoleza Brazzaville. No entanto, muito poucos habitantes de Brazzaville têm a possibilidade de desfrutar de turismo de luxo. Uma visita de quatro dias ao Odzala Gorilla Discovery Camp, por exemplo, custa 9.690 dólares por pessoa.

Embora o Parque tenha sido fundado em 1935, a APN afirma que “os seres humanos ocupam a área há 50 mil anos”. A empresa observa que 12 mil pessoas ainda vivem no entorno do parque, “*mas ele ainda é uma das áreas de maior diversidade biológica e riqueza de espécies do planeta*” (itálico nosso). Com essa formulação, ao invés de reconhecer a contribuição dos moradores para manter a floresta em pé depois de todos esses milhares de anos, a empresa deixa claro que, em sua visão, a presença de pessoas não é compatível com o objetivo de conservar as florestas; é *apesar* da presença das comunidades que ainda existe alguma biodiversidade remanescente. (10)

A APN afirma proteger o Parque “com uma equipe de ecoguardas reforçada e outras técnicas de fiscalização”, além de investir na “mudança do comportamento humano”. Essas afirmações e visões sobre conservação deixam claro que, para essa Rede e seus financiadores e aliados, as pessoas que vivem dentro e próximo das florestas são consideradas uma ameaça, e que seus negócios de conservação podem funcionar melhor sem elas.

Na verdade, de acordo com um estudo sobre a relação histórica entre as comunidades e a administração do Parque, estima-se que 10 mil pessoas tenham sido expulsas após sua criação, em 1935, e nunca indenizadas por seu prejuízo. O estudo também aponta que, apesar da política mais recente da APN, que sugere “participação” e “representação” das comunidades nos processos decisórios, o sentimento geral entre as comunidades entrevistadas é de que o Parque foi implantado não apenas por estrangeiros, mas também para estrangeiros. Alguns membros da comunidade disseram: “Não queremos esse parque que não nos dá nada e diminui nossos meios de subsistência, nos priva de nossos direitos sobre a floresta. Nossos direitos de acesso a recursos e terras são pouco respeitados”. Outra pessoa disse: “A nossa caça é apreendida por ecoguardas. Há mais miséria e pobreza, porque não só não conseguimos nos alimentar bem, como também não podemos vender um pouco de caça para comprar produtos básicos, como sabão e gasolina”. (11)

Não deve ser surpresa que, por mais de 10 anos, a APN tenha demonstrado interesse em explorar a possibilidade de o Parque Odzala-Kokoua ser transformado em um projeto de REDD+, porque através das lentes desses projetos, as comunidades também são consideradas uma ameaça e responsabilizadas pelo desmatamento. (12) Além disso, não há regulamentações para que as comunidades recebam uma parte dos lucros da venda de créditos de carbono.

Para o WWF, são as pessoas que ameaçam as florestas, e não as mineradoras

O Parque Nacional Odzala-Kokoua não é o único da região. Ele faz parte do que o WWF chama de “Paisagem Tridom”, uma área que cobre 10% de toda a floresta tropical da Bacia do Congo, que inclui outros dois Parques: a Reserva de Fauna Dja, em Camarões, e o Parque Nacional Minkébé, no Gabão. Mas vários projetos de grande escala estão planejados dentro da “Paisagem Tridom”, principalmente uma área de 150 mil hectares para concessões de extração de minério de ferro na região da fronteira entre Camarões e o Congo. Devido à inacessibilidade dessa região, também devem ser planejados grandes investimentos em infraestrutura, como estradas, ferrovia para transporte de minerais e hidrelétrica para fornecimento da energia elétrica necessária – a chamada Usina de Chollet, batizada em homenagem a um trecho de cachoeiras no rio Dja, descrito pelo próprio WWF como “um local intocado”. (13)

Em nome da “proteção” da natureza, o WWF tem praticado e sido conivente com a perseguição e o despejo de Povos Indígenas e outras comunidades da região. No entanto, nenhuma medida semelhante foi anunciada pela ONG contra as empresas que promovem a mineração, grandes infraestruturas e hidroelétricas localizadas nessa mesma área. A explicação pode ser encontrada em um projeto recente (rejeitado) que o WWF apresentou à UE para criar mais uma Área Protegida, o Parque Messok Dja.

Nessa proposta, o WWF argumenta que espera que as empresas de mineração financiem o WWF em suas “medidas de proteção” na área do Tridom. Em outras palavras, o novo Parque pode ser visto como uma compensação pelos danos causados pela mineração e a infraestrutura relacionada a ela. Além disso, ecoguardas apoiados pelo WWF estiveram envolvidos em graves violações dos direitos humanos, incluindo espancamentos, tortura, abuso sexual e até mesmo o assassinato de membros de comunidades indígenas que vivem em Messok Dja, o novo Parque que está sendo proposto. (14)

A imensa contradição de se perseguirem aqueles que convivem e conservam as florestas enquanto se calam sobre os planos das mineradoras revela os reais interesses das atuais políticas de “conservação”, ou seja, a continuação de um modelo global destrutivo baseado nas ideias e visões de processos de colonização e colonizadores, antigos e novos. A solidariedade com as comunidades que resistem e enfrentam os impactos da “conservação de fortaleza” é um imperativo. Empresas como a APN representam e reforçam essas visões e políticas.

Secretariado Internacional do WRM

(1) REDD-Monitor, Stop the evictions of 70,000 Maasai in Loliondo, Tanzânia, janeiro de 2022, <https://redd-monitor.org/2022/01/27/stop-the-evictions-of-70000-maasai-in-loliondo-tanzania/>

(2) Death in the Garden Podcast, Dr. Mordecai Ogada (Part 2) – A case for scrutinizing the climate narrative, novembro de 2021, <https://open.spotify.com/episode/7aW3CEJGj2jW8u49HziewT>

(3) CNBC, Jeff Bezos names first recipients of his \$10 billion Earth Fund for combating climate change, novembro de 2020, <https://www.cnbc.com/2020/11/16/jeff-bezos-names-first-recipients-of-his-10-billion-earth-fund.html>

(4) The Nature Conservancy, 30x30: Protect 30% of the Planet's Land and Water by 2030, fevereiro de 2020, <https://www.nature.org/en-us/magazine/magazine-articles/30x30-wyss-foundation-interview/>

(5) Le Monde Diplomatique, From apartheid to philanthropy, fevereiro de 2020, <https://mondediplo.com/2020/02/13african-parks-box>

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(6) Relatório Annual da African Parks 2020, https://www.africanparks.org/sites/default/files/uploads/resources/2021-06/AFRICAN%20PARKS%20-%202020%20Annual%20Report%20-%20Web%20Ready%20-%20LowRes_3.pdf

(7) Idem (6)

(8) African Parks, Climate Action, <https://www.africanparks.org/climate-action>

(9) Sane Pashane Zuka, Brenda-Kanyika Zuka. Traitors Among Victims: The Case of Market-Community Wildlife Collaborative Management in Malawi's Majete Wildlife Reserve. *Advances in Sciences and Humanities*. Vol. 2, No. 5, 2016, p. 40-47, <file:///Users/Usuario/Downloads/10.11648.j.ash.20160205.11.pdf>

(10) Boletim do WRM, setembro de 2021, A região de Sangha na República do Congo, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/a-regiao-de-sangha-na-republica-do-congo>

(11) Rainforest Foundation, Protected areas in the Congo Basin: Failing both people and biodiversity?, 2016,

<https://www.rainforestfoundationuk.org/media.ashx/protected-areas-in-the-congo-basin-failing-both-people-and-diversity-english.pdf>

(12) REDD-Monitor, African Parks Network plans to sell carbon from Odzala-Kokoua National Park in Republic of Congo, 2011,

<https://redd-monitor.org/2011/09/06/african-parks-network-plans-to-sell-carbon-from-odzala-kokoua-national-park-in-republic-of-congo/>

(13) REDD-Monitor, TRIDOM – one of the largest trans-boundary wildlife areas in Africa faces critical new threats. Far from protesting, conservationists are looking to cash-in on the destruction, 2022, <https://redd-monitor.org/2022/01/14/tridom-one-of-the-largest-trans-boundary-wildlife-areas-in-africa-faces-critical-new-threats-far-from-protesting-conservationists-are-looking-to-cash-in-on-the-destruction/>

(14) Idem 13

RECOMENDADOS

“A história colonial e a crise ambiental estão intimamente ligadas”

O livro “Une écologie décolonial” (Uma ecologia decolonial), escrito por Malcom Ferdinand, nascido e criado na Martinica, ilha do mar do Caribe com status de região e departamento ultramarino da França, apresenta uma análise sobre como é impossível compreender a atual crise ambiental sem conhecer a história colonial. Seu livro explora a forma como a escravidão era um sistema que não apenas monopolizava violentamente os corpos negros, mas também participava dessa forma violenta de habitar a terra de forma colonial, principalmente por meio de plantações e monoculturas para exportação. No entanto, o autor diz que esse modo de vida colonial não foi abandonado com a abolição da escravatura. Ao contrário, em vários países, sua abolição foi “concedida” sob a condição de que pudessem continuar com esse modo de habitar a terra. O autor conclui que, “se é possível reconhecer os danos ambientais do passado, é igualmente importante reconhecer os crimes coloniais desse mesmo passado e os efeitos que se estendem até ao presente”. Leia uma entrevista no portal Ecología Política, em espanhol, aqui <https://www.ecologiapolitica.info/?p=14593>

Títulos de terras do Grupo Jari Celulose, no Brasil, são declarados ilegais

Uma Ação Civil Pública da Promotoria de Justiça Agrária no estado do Pará, Brasil contra o Grupo Jari Celulose, foi ajuizada, pedindo que parte de seus títulos de propriedade fossem anulados. A Ação decorre da investigação de sucessivas práticas fraudulentas e ilegais relacionadas à emissão de títulos de propriedade e fraudes em registros públicos em uma área de cerca de 126 mil hectares, no município de Almeirim, desde 1937. O Grupo Jari Celulose está envolvido em negócios madeireiros e tem projetos para vender créditos de carbono oriundos do REDD+. Veja mais informações sobre a empresa [neste artigo do boletim do WRM](#); e sobre a Ação Civil Pública, leia um artigo em português, aqui (<https://www2.mppa.mp.br/noticias/acao-requer-cancelamento-de-registros-imobiliarios-realizados-pela-jari-celulose.htm>)

Na vanguarda: Histórias da resistência das mulheres africanas

O International Labour Research and Information Group produziu um calendário inspirador para 2022, com belas ilustrações. Cada mês retrata uma história de liderança e participação das mulheres na organização radical contra a opressão na África. As histórias selecionadas nesse calendário, representativas de uma história muito mais ampla de resistência das mulheres no continente, rejeitam conceituações das mulheres africanas como submissas. Essas histórias mostram que as mulheres africanas têm uma rica história de resistência, cumpriram papéis importantes e desenvolveram táticas inovadoras na construção, na defesa e no avanço das lutas emancipatórias. As organizações e movimentos podem obter força e inspiração a partir dessas histórias. Você pode baixar o calendário, em inglês, aqui: <https://ilrigsa.org.za/2022-calendar/>

A memória coletiva do povo Madja, no Brasil

Com o título Ima Bote Madjaca: Mitos Madja, a antropóloga Rosenilda Nunes Padilha (Rose) lançou um livro com mitos do povo Madja (também conhecidos por Kulina). O livro foi todo

escrito em língua Madja e em português. Para tanto, contou com a participação dos próprios Madjá: Zuao Kulina, Jacinami Kulina, Macari Kulina, Dsomo Kulina e contou ainda com contribuição de Walter Sass, antropólogo missionário que viveu por vários anos com os Madja. “Era necessário fazer algo que mexesse com a memória coletiva do povo”, afirmou o autora. O livro foi publicado pelo Cimi - Conselho Indigenista Missionário, Regional Amazônia Ocidental. Leia uma entrevista sobre o livro em português aqui, https://port.pravda.ru/cplp/54004-povo_indigena/

Total anuncia novas apropriações de terras para compensar suas emissões

Um artigo do portal de notícias Mongabay alertou para o anúncio feito pela gigante petrolífera francesa Total Energies, sobre o estabelecimento de uma plantação de monocultura de 40 mil hectares nas savanas da República do Congo, para compensar suas emissões. O projeto, que vai plantar acácias não nativas, será administrado pela Unidade de Soluções Baseadas na Natureza da própria empresa. A Total, em parceria com a consultoria francesa de madeira Forêt Ressources Management (FRM), também pretende produzir madeira da plantação industrial para gerar mais lucros. Várias comunidades indígenas e camponesas serão afetadas. Ao montar esse projeto de plantação de árvores em grande escala, a Total também está envolvida na extração de petróleo em dois blocos no norte das florestas tropicais do país. Ao mesmo tempo, a empresa está expandindo seus projetos de extração de gás liquefeito em todo o mundo. Leia o artigo, em inglês, aqui: <https://news.mongabay.com/2022/01/at-a-plantation-in-central-africa-big-oil-tries-to-go-net-zero/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 260 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Concessões de terras: uma causa subjacente do desmatamento" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
“Frente às imposições do capital, a luta continua!”

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>